



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

**MARIA CLARA DELMONTE**

**A EXPERIÊNCIA PARLAMENTAR DE MARIELLE FRANCO NA RENOVAÇÃO  
DA PRÁTICA DEMOCRÁTICA: A CIDADE PENSADA DE NÓS, PARA NÓS**

**Rio de Janeiro  
2020**

MARIA CLARA DELMONTE

# **A EXPERIÊNCIA PARLAMENTAR DE MARIELLE FRANCO NA RENOVAÇÃO DA PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

A CIDADE PENSADA DE NÓS, PARA NÓS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Orientador Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Rio de Janeiro  
2020

## CIP - Catalogação na Publicação

D359e Delmonte, Maria Clara  
A experiência parlamentar de Marielle Franco na renovação da prática democrática : a cidade pensada de nós, para nós / Maria Clara Delmonte. -- Rio de Janeiro, 2020.  
58 f.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública  
Desenvolvimento Econômico e Social, 2020.

1. Marielle Franco - 1979-2018. 2. Democracia - Participação do cidadão. 3. Participação política. 4. Cidades. 5. Planejamento urbano e regional. I. Santos Junior, Orlando Alves dos , orient. II. Título.

MARIA CLARA DELMONTE

## **A EXPERIÊNCIA PARLAMENTAR DE MARIELLE FRANCO NA RENOVAÇÃO DA PRÁTICA DEMOCRÁTICA:**

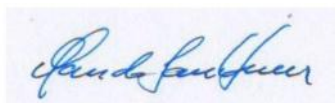
**A CIDADE PENSADA DE NÓS, PARA NÓS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Orientador Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

Data da aprovação: 11/12/2020

Banca examinadora:



---

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior

---

Prof. Dr. Lia de Mattos Rocha

---

Prof. Dr. Lalita Kraus

## AGRADECIMENTOS

Ser estudante é sonhar com um mundo novo. É juntar a indignação que move, o companheirismo que aquece e a ousadia que transforma. E nos gostosos anos em que fui aluna da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pude experimentar cada uma dessas palavras intensamente. Aliás, “intensamente” é outra palavra que cabe perfeitamente no rol de adjetivos que ajudam a desenhar o que é ser estudante.

E nessa intensa jornada, levei comigo a certeza de que caminhar sozinho é impossível, e isso, aprendi em casa. Sempre tive ao meu lado mulheres fortíssimas, sem as quais não seria 1% do que sou. À minha mãe Tatiana, minha vó Sônia, minha madrinha Bianca e às bisas Juju e vó Regina vai o meu primeiro e mais forte agradecimento. Vocês me ensinaram que a vida nos exige força, mas que há várias formas de “ser forte”, e a mais bonita e potente delas está contida no amor. Aqui, estendo o agradecimento a toda a minha família, incluindo a melhor prima-parceira do mundo, Babi.

Agradeço também aos que foram importantíssimos no meu processo de formação, educadores da Associação Educacional de Niterói e do Colégio Miguel Couto. E nelas, foi onde conheci amigos que mesmo longe seguem imprescindíveis, e construí memórias que quero levar comigo pro resto da vida. Maria (e toda a família Boeckel!), Bia, Letícia, Violeta, Luiza França, Luiza Buzgaib, Juliana, Luísa Martins, Thays, Gabriel, Gustavo, Bruna, Letícia, Kleber, Lorena, obrigada!

Quando me matriculei no curso de maior nome da UFRJ, no fervor dos 18 anos recém completados, encontrei um mundo novo a ser desvendado. Caminhei junto da turma 2014.2 nas primeiras e mais memoráveis descobertas, e a eles agradeço muito. E foi no CAGesP onde conheci a potência da junção da indignação, o companheirismo e a ousadia, essas três palavras que marcaram a minha trajetória. Obrigada Thaise, Raul, São João, Lucão que tanto me ensinaram. E ainda Adriano, Thiago, Sâmela, Alan, Gabriel e todos que vieram depois (inclusive a oposição, rs), obrigada. Agradeço também aos companheiros que fiz no Campo de Públicas, Yara, Caio, Larissa, Poletto, Bia, e tantos!

Ao passo em que fui fazendo de mim, sujeito em luta, a luta foi fazendo de mim, sujeito coletivo. Agradeço ao Coletivo Nós Não Vamos Pagar Nada que me ensinou a centralidade da luta pela educação pública na disputa de sociedade e ao

Movimento RUA Juventude Anticapitalista, onde aprendi que o sistema que vivemos hoje não cabe os nossos sonhos, e que é através da luta coletiva, entre os debaixo, e com a potência da juventude, que a gente muda o mundo. À União Nacional dos Estudantes e ao DCE Mário Prata, ferramentas imprescindíveis na luta dos estudantes brasileiros que tenho muito orgulho de ter feito parte. Ao Partido Socialismo e Liberdade, ferramenta de luta fundamental na disputa por uma cidade de direitos. E à Insurgência e à IV Internacional, onde descobri que somos revolucionários porque professamos lealdade ao desconhecido, e por que amamos tão profundamente a vida que não acreditamos que a forma a qual vivemos hoje - na base da opressão e da exploração-, é a única forma que ela pode ser vivida.

Agradeço profundamente aos que caminharam comigo em cada um desses espaços. Luiza, Caíque, Julia Portes, Julia Brandes, Elisa, Iamara, Mariana, Antônio, Marcellus, Julia Bustamante, Maria, Luna, Juliana, Luiza Mendes, Mykaella, Jordana, Giselle, Simone, Luquinhas, Luis, Jéssica, Ingrid, Karla e tantos e tantos outros.

Aos professores do IPPUR e à equipe da secretaria e coordenação - cito aqui nominalmente Ana Cristina e Daniel Conceição-, desculpa pelas passagens em sala e pela perturbação de uma aluna meio bagunçada, obrigada por tudo.

Agradeço imensamente ao melhor orientador que eu poderia ter encontrado. Na verdade, acho que nós nos encontramos: nas inconstâncias, na ansiedade e na ousadia em querer mudar o mundo. Orlando, se não fosse você, esse trabalho simplesmente não seria. Peço desculpas pelos sumiços e pelas mudanças de tema e pela gigantesca insegurança que é para mim, enquanto mulher, jovem, negra, respirar na academia. Saiba que você foi imprescindível e que ainda quero muito te esbarrar novamente, seja nas manifestações de rua, seja nas salas de aula.

Agradeço por fim, à Marielle Franco, por ter sido potência e por inspirar esse trabalho. E com isso, agradeço a todas e todos que resistem em sonhar, mesmo em um momento tão tenebroso como o que vivemos atualmente. E principalmente aos que fazem do sonho, a luta incansável por um mundo novo.

*Mantendo vivo os sonhos das esquinas, me mantenho vivo.*

- BK

## RESUMO

Este trabalho busca analisar em que medida a experiência parlamentar da vereadora Marielle Franco se materializou em uma construção que amplia e renova a prática democrática. A partir da discussão em torno dos desafios para construir uma cidade mais democrática, verificou-se a relevância da análise dessa experiência, que se propõe a subverter a ordem dominante ao ocupar o poder com um olhar contra-hegemônico, visto que mulheres negras, LGBTQs e periféricas foram histórica e estruturalmente distanciadas desses espaços. Fundamentado com base no referencial teórico proposto por Santos (2002;2007), Tilly (2013) e Davis (2016), foi possível discutir as dimensões da democracia de alta intensidade, o processo de democratização e da intersecção entre raça, gênero e classe, todas ideias centrais para o presente trabalho. Posto um contexto de crise da democracia liberal e de fortalecimento dos grupos de poder no município do Rio de Janeiro, observou-se o método e programa que orientaram a atuação política de Marielle Franco e levantou-se os projetos e espaços que impulsionou e ocupou dentro e fora do parlamento. O estudo permitiu avaliar que a experiência em questão encontrou na complementaridade entre democracia participativa e representativa e na interseccionalidade, um caminho para construir uma alternativa democrática.

**Palavras-chave:** democracia; participação política; parlamento; gestão pública; interseccionalidade.



## **ABSTRACT**

This paper seeks to analyze the extent to which councilwoman Marielle Franco's parliamentary experience materialized in a construction that expands and renews democratic practice. From the discussion around the challenges of building a more democratic city, the relevance of the analysis of this experience was verified, which proposes to subvert the dominant order by occupying power spaces with a counter-hegemonic look, since black women, LGBTs and peripheral areas were historically and structurally distanced from these spaces. Based on the theoretical framework proposed by Santos (2002;2007), Tilly (2013) and Davis (2016), it was possible to discuss the dimensions of high intensity democracy, the democratization process and the intersection between race, gender and class, all central ideas for the present work. Given a context of crisis in liberal democracy and the strengthening of power groups in the municipality of Rio de Janeiro, the method and program that guided the political activities of Marielle Franco were observed, and the projects and spaces that she promoted and occupied within and outside of parliament. The study allowed us to assess that the experience in question found, in the complementarity between participatory and representative democracy and in intersectionality, a way to build a democratic alternative.

**Keywords:** democracy; political participation; parliament; public administration; intersectionality;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 DILEMAS E DESAFIOS PARA A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Modelo hegemônico de democracia e seus limites no capitalismo ...</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Abrindo o debate sobre a noção contra-hegemônica da     democracia</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Interseccionalidade: uma ferramenta política para construir uma     alternativa democrática para a cidade .....</b>	<b>24</b>
<b>3 EU SOU PORQUE NÓS SOMOS: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Contestando o avanço conservador: a eleição de Marielle Franco à     vereança no Rio de Janeiro .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Quando a flor rompe o asfalto: a insurgência de uma mulher negra     e socialista na política .....</b>	<b>35</b>
<b>4 UM PÉ NO PARLAMENTO, MUITOS PÉS FORA DELE: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1 A atuação institucional de Marielle Franco .....</b>	<b>40</b>
<b>4.2 Indo além das fronteiras do parlamento .....</b>	<b>49</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Foi no Complexo da Maré, favela da Zona Norte carioca, que Marielle Franco nasceu e cresceu. Formada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense, foi aprovada na universidade após ingressar como aluna em um Pré Vestibular Comunitário próximo da sua casa. A experiência no Pré-Vestibular e depois como bolsista na Universidade Católica abriram para Marielle um mundo novo (ROCHA, 2018)<sup>1</sup>. Filiou-se inicialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e em seguida ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde construiu sua vida política.

Com uma trajetória forjada na luta em defesa dos Direitos Humanos, Marielle foi eleita vereadora em 2016 com 46.502 mil votos em sua primeira candidatura, sendo a segunda mais votada dentre os candidatos do PSOL e a quinta mais votada da cidade (TRE, 2016). “Eu sou porque nós somos”, foi a frase que norteou sua campanha - inspirada no termo *Ubuntu*, que em sua origem africana exprime a consciência da relação entre o indivíduo e a comunidade, noção que, para o filósofo Dirk Louw (2014)<sup>2</sup> contrasta com o individualismo estruturante da sociedade ocidental. Sua campanha foi um marco na história política da cidade e contou com o apoio dos mais diversos nichos cariocas - da favela e do asfalto, dos movimentos negros, de mulheres e juventudes - que viam nela a oportunidade de fazer política de uma outra forma.

Em março de 2018 o nome de Marielle estampou manchetes de jornal no mundo inteiro após ser assassinada com quatro tiros na cabeça. Como militante socialista que era, Marielle questionou durante toda sua trajetória, a política de segurança pública conduzida pelo estado dentro das favelas do Rio de Janeiro, que assassina em média cinco pessoas por dia em operações policiais (Instituto de Segurança Pública, 2019), em sua maioria, negros. Da mesma forma, Marielle ousou questionar o poder paralelo de controle político e territorial que domina diversas áreas do Rio de Janeiro, as milícias, desde que trabalhava como assessora

---

<sup>1</sup> Lia Rocha é Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ-UCAM (2009) e Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Era amiga próxima de Marielle e fizeram parte do mesmo grupo de pesquisa.

<sup>2</sup> Dirk Louw é doutor em [Filosofia Africana](#) pela Universidade de Stellenbosch (África do Sul).

do então Deputado Estadual Marcelo Freixo, que instaurou, em 2008, a CPI das milícias.

Durante os meses que ocupou a Câmara, a vereadora intensificou o enfrentamento a ambos os grupos, denunciando as ações abusivas do estado e se colocando como um obstáculo para a perpetuação dessa estrutura paralela de poder. Um dia antes de seu assassinato Marielle publicou em seu Twitter “quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” se referindo a mais um jovem assassinado pela Polícia Militar na favela do Jacarezinho, e, após sua morte, a frase virou símbolo da luta em defesa dos direitos humanos. Apesar daqueles que apertaram o gatilho na noite do dia 14 de março terem sido condenados e terem sua relação com a milícia comprovada, até a apresentação final deste trabalho, seguimos sem respostas sobre quem foi o mandante do crime.

Seu rosto e vida se confundiam com o de outros milhares de brasileiros - era mulher, negra, favelada, LGBT, mãe. E, ao ser todas essas ao mesmo tempo e dispor de seu corpo e sua voz na luta em defesa dos direitos do povo, Marielle ousou enfrentar a estrutura de poder dominante - escravista e patriarcal - do Estado brasileiro. Segundo Angela Davis (2016), a opressão de gênero, raça e classe se materializa de forma conjunta na sociedade e, com isso, a limitação da inserção das mulheres negras nos espaços de poder é maior do que para os demais sujeitos. Tal fundamentação se evidencia no fato de que, ao ocupar o lugar na Câmara Municipal, Marielle se somou aos ínfimos 0,6% de mulheres pretas<sup>3</sup> no universo de vereadores eleitos em 2016, num país onde as mulheres negras totalizam 27% da população (Gênero e Número, 2018).

Em uma cidade onde os sujeitos que historicamente ocupam os espaços de poder e formulam as políticas para a cidade são homens e brancos, pensar a Gestão Pública a partir de um olhar diferente, é ir no caminho contrário à hegemonia. Nessa direção, conhecer a luta e vida de Marielle e analisar sua experiência parlamentar, se constitui em uma tarefa interessante para pensar as possibilidades de transformação e renovação das instituições democráticas tradicionais.

O objetivo deste trabalho é então, refletir sobre as práticas de alargamento da

---

<sup>3</sup> Das vereadoras eleitas em 2016, pretas e pardas somam 5%. Disponível em <http://www.generonumero.media/mulheres-pretas-como-marielle-sao-menos-de-1-nas-camaras-de-vereadores-do-bras/>

participação e da representação política promovidas pela experiência do mandato de Vereadora de Marielle Franco, reconhecendo nessa, elementos de renovação na perspectiva da democracia de alta intensidade (SANTOS e AVRITZER, 2002), da democratização (TILLY, 2013) e da intersecção entre gênero, raça e classe (DAVIS, 1997, 2016).

Estruturada em três capítulos, a monografia traz inicialmente discussões teóricas acerca dos dilemas e desafios para a reinvenção da democracia. Para tal, apresentaremos respectivamente as concepções hegemônica e contra hegemônica de democracia, proposta por Boaventura Sousa Santos e Avritzer (2002), bem como a noção de democratização e desdemocratização proposta por Tilly (2013). À esses, aliam-se os apontamentos de Ellen Wood (2004; 2007) quanto aos limites da democracia no capitalismo, as reflexões sobre o aprofundamento a crise da democracia liberal na nova fase do neoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2019) e os conceitos de espaços convidados, inventados e insurgentes propostos por Faranak (2016).

Enquanto mulher negra, favelada e LGBT, Marielle era muitas em si e por isso, as opressões de raça, classe e gênero a conformavam enquanto sujeito político. A noção de interseccionalidade enquanto ferramenta política se apresenta então, com relevância para a presente análise. Por isso, trazemos ainda no primeiro capítulo, os aportes de Angela Davis (1997, 2016) e Helena Hirata (2014) no que tange a esse tema. Por fim, apresenta-se também, a discussão em torno das potências criativas das mulheres negras trazida por Marielle Franco (2017), e a relevância do feminismo negro para a construção de alternativas democráticas proposta por Juliana Borges (2017).

No segundo capítulo, faremos um resgate mais profundo da trajetória de Marielle Franco. Após, a partir dos aportes apresentados anteriormente, propomos uma discussão sobre o caminho que o seu mandato percorreu em direção à contestação do modelo hegemônico de democracia.

Para isso, analisaremos o contexto político dentro do qual se deu sua eleição e o que significou sua eleição no que tange à participação de sujeitos políticos como ela em espaços de poder. Em seguida, iremos discutir o método e o programa que orientou a sua atuação. Com esse objetivo, propomos dois elementos chave que permitem aprofundar a discussão quanto à construção de uma experiência de renovação da prática democrática - o da representação que participa e participação

que representa, e os eixos gênero, raça e cidade como bases para construir alternativas para a cidade.

E se em sua forma de fazer política Marielle renova as práticas democráticas, sua atuação concreta, dentro e fora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, também se renova. No terceiro capítulo exploraremos então como esses elementos se materializaram na experiência parlamentar em questão, dentro e fora do parlamento. A partir do levantamento de projetos e políticas que elaborou através do seu mandato, bem como dos espaços que forjou e ocupou nas ruas, propomos a reflexão sobre como sua atuação foi capaz de insurgir e caminhar no sentido da democratização. Levantamos brevemente, por fim, a discussão sobre como a sua relação com o PSOL Carioca também foi um componente importante na sua prática política.

Na semana em que foi assassinada, Marielle usou o dia 8 de Março, dia internacional da mulher, para homenagear com a medalha Chiquinha Gonzaga, Dona Dida, criadora de um restaurante tradicional carioca que tem em seu cardápio pratos africanos. No discurso de homenagem, a vereadora disse: “Se este Parlamento é formado apenas por 10%, 13% de mulheres, nós somos a maioria nas ruas. E sendo a maioria nas ruas, somos a força exigindo a dignidade e o respeito das identidades.” (FRANCO, 2018). Ao homenagear dona Dida, outra mulher negra, que através de seu trabalho cultivava a cultura do povo negro, e reconhecer nesse ato uma forma de subverter a lógica do poder dominante, Marielle questiona a ordem imposta pela democracia hegemônica.

Refletir sobre as políticas públicas a partir desse olhar contra-hegemônico e interseccional é urgente para aqueles que se propõem a construir uma Gestão Pública crítica, capaz de formular uma cidade mais democrática, pensada de *nós, para nós*. Para isso, contribui analisar experiências que se propuseram progressivas nesse sentido. Logo, discutir através de quais métodos e perspectivas a experiência parlamentar de Marielle Franco pensou e agiu sob a Cidade do Rio de Janeiro, é um caminho relevante nessa construção.

## **2 DILEMAS E DESAFIOS PARA A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA**

O objetivo deste capítulo é sistematizar os aportes teóricos que servirão de base para as reflexões sobre a experiência de Marielle Franco no processo de renovação das práticas democráticas, analisando sua atuação dentro e fora do parlamento durante o tempo em que foi vereadora. Inicialmente, buscamos traçar uma síntese das características do modelo hegemônico de democracia, discutir os limites da democracia liberal e apresentar os desafios diante de uma nova fase do neoliberalismo que se inaugura. Com isso, pretendemos verificar como esses modelos influenciam a forma tradicional de pensar e produzir a cidade e abrem ou fecham espaço para uma renovação da prática democrática na gestão pública.

Em seguida, abrimos o debate sobre a noção contra hegemônica da democracia. Para isso, recorreremos à ideia das democracias de alta intensidade e aos conceitos de democratização e desdemocratização. Além disso, somamos também o debate em torno das insurgências e contestações ao modelo hegemônico, que têm sido acionadas pela sociedade ao reivindicar a elaboração de políticas para a cidade a partir de uma nova perspectiva e sob novos métodos.

Por fim, buscaremos discutir como a intersecção entre raça, gênero e classe pode se constituir enquanto uma ferramenta política através da qual se pensa e produz uma cidade alternativa. Também nesse sentido, apontaremos a relevância da potencialidade das mulheres negras e do feminismo negro nesse processo.

### **2.1 Modelo hegemônico de democracia e seus limites no capitalismo**

Boaventura Souza Santos (2002) aponta o surgimento da concepção hegemônica da democracia a partir do enfrentamento entre as concepções de democracia liberal e a democracia socialista e está relacionada a três questões principais.

A relação entre procedimento e substância é a primeira delas. Boaventura argumenta que para Schumpeter (apud BOAVENTURA, 2002) o elemento fundamental da democracia não é o processo de tomada de decisão substantivo, remetido à soberania popular, mas sim as regras e procedimentos adotados para tomar as decisões políticas e administrativas. Para Bobbio (apud BOAVENTURA,



2002) o procedimentalismo serviria como uma regra para a formação do governo representativo, sendo a democracia então um conjunto de regras que tornam possível a formação de maiorias.

A segunda é quanto ao papel da burocracia na democracia. Para Weber, a complexificação do Estado através da separação do trabalhador dos meios de produção afeta o funcionamento da democracia. Com o crescimento das funções do estado no século XX, e a concomitante difusão da sociedade de consumo de massa e dos Estados de bem estar social, Bobbio argumenta que os cidadãos deixaram de exercer atividades políticas e econômicas que exerciam anteriormente para dar espaço às burocracias privadas e públicas (Santos, 2002).

A terceira e última questão é quanto à representação nas democracias. Na concepção hegemônica a representação é a única forma possível de se conduzir uma democracia de grande escala (DAHL, 1998). Uma das justificativas para tal percepção é o argumento da autorização, que se sustenta através da discussão acerca do método utilizado para legitimá-la, onde o consenso se apresenta como um mecanismo racional para essa autorização em contraponto às formas de rodízio ou sorteio. A outra justificativa é a utilizada por Stuart Mill (apud BOAVENTURA, 2002), quanto à representação ser capaz de expressar as tendências dominantes. Para ele, uma assembleia funcionaria como uma miniatura do eleitorado capaz de expressar as distribuições das opiniões em nível de sociedade.

Se nos propusermos a analisar a democracia local do Município do Rio de Janeiro à luz da concepção hegemônica nos restringimos a observar que procedimentos foram utilizados para tomar as decisões, ou seja, quais regras tornam possíveis as escolhas dos representantes. A partir da escolha da maioria, de quem irá representar os cidadãos através da estrutura das eleições - no formato que é hoje em dia -, legitima-se a autorização para que esses representantes tomem as decisões sobre a condução política e administrativa da cidade. Eleitos, os representantes da Cidade do Rio de Janeiro têm a legitimidade e a autorização de escolher e decidir pelos demais cidadãos, assim como indicar todo o corpo da administração responsável por responder às demandas necessárias para a execução da política.

A concepção hegemônica de democracia apresenta, contudo, uma série de contradições e limites. Ao ser pensada de forma isolada, a representação é limitada no que diz respeito às identidades minoritárias e à pluralidade da sociedade. Outra

limitação se coloca quanto a redução do procedimentalismo hegemônico à autorização através das eleições, apontando essa como a única forma possível. Há ainda a discussão quanto a capacidade das formas burocráticas homogeneizantes de gestão serem capazes de dar respostas às múltiplas necessidades da população.

Apenas a existência da escolha dos representantes através de eleições para o legislativo e o executivo no Município do Rio de Janeiro é suficiente para legitimar as decisões tomadas pela gestão eleita do Município do Rio de Janeiro, representando a totalidade dos cidadãos cariocas? Os gestores e políticos indicados são capazes, isolados e apenas pela sua formação, de responder às demandas da população?

Olhando as experiências no mundo capitalista contemporâneo, tudo indica que a concepção hegemônica de democracia parece manter intacta as desigualdades de riqueza e poder que caracterizam as sociedades modernas.

Boaventura aponta que até os anos 1960 havia uma tensão entre o capitalismo e a democracia, por que a democracia era: “um processo que, por meio da metáfora do contrato social, lutava por uma inclusão mais ampla” (SANTOS, 2007, p.85), e, se por um lado o contrato social sempre foi seletivo e excludente, existia uma luta política, desde o final do século XIX, pela inclusão de mulheres, minorias étnicas e operários. Essa inclusão envolvia alguma redistribuição social, na forma de direitos civis e econômicos e isso ia no caminho contrário aos passos do capitalismo.

Nesse período havia também diversos modelos democráticos espalhados pelo mundo. A tensão com o capitalismo, contudo, espremeu essa “*demodiversidade*”, deixando espaço somente para o modelo da democracia liberal representativa, imposto pelo Consenso de Washington, onde passa a ser um regime que ao invés de produzir uma redistribuição social, a destrói, fazendo então desaparecer as tensões entre capitalismo e democracia (SANTOS, 2007). Como afirma o autor: “Uma democracia sem redistribuição social não tem nenhum problema com o capitalismo; ao contrário, é o outro lado do capitalismo, é a forma mais legítima de um Estado fraco. Essa é a razão pela qual o Banco Mundial e o FMI propõem e impõem essa forma de democracia.” (SANTOS, 2007, p.88)

Charles Tilly (2013) traz elementos interessantes para a discussão na medida em que propõe critérios para analisar os processos de democratização e desdemocratização.

Para ele, esses processos poderiam ser explicados por três grupos de mudanças em relação aos processos políticos públicos: (i) O aumento ou diminuição de integração entre as redes de confiança pessoal (como parentesco, pertencimento religioso e as relações de mercado) com os processos políticos públicos, (ii) o grau de insulamento dos processos políticos públicos em relação às desigualdades categóricas como raça, classe, castas e gênero e (iii) o crescimento ou decréscimo da autonomia em relação aos processos políticos públicos por parte dos centros de poder, como por exemplo as milícias, redes de clientelismo, o exército e as instituições religiosas.

Segundo seu argumento, o aumento da integração das redes de confiança na política pública, o crescente amortecimento pelas políticas públicas das desigualdades em torno das quais os cidadãos organizam suas vidas e a diminuição da autonomia dos grandes centros de poder formam o processo que promove a democratização.

Ellen Wood contribui para a discussão sobre os limites da democracia no capitalismo a partir de um olhar mais radical:

Interessa-me deixar claro desde o começo que para mim, o capitalismo é —em sua análise final— incompatível com a democracia, se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida.” (WOOD, 2007, p. 418)

Nunca existiu uma sociedade capitalista na qual não se privilegia o acesso ao poder através da riqueza. Do mesmo modo, para a existência do capitalismo é necessária a sujeição às regras que objetivam a acumulação capitalista e às leis do mercado. O capitalismo regula então, as diversas esferas da vida a partir da lógica da propriedade privada e da maximização do lucro e, ao mercantilizar a prática humana, esta deixa de ser acessível ao poder democrático. Dessa forma, compreende-se um limite intransponível pois, de maneira estruturante, a democracia e o capitalismo caminham em direções opostas.

A democracia possível no capitalismo ocidental é então limitada pela relação entre poder político e econômico, pois, uma das principais formas de assegurar o poder de classe ao capital é justamente garantir que a esfera econômica - na qual

ocorre a extração de excedentes - seja protegida em relação ao poder democrático. Torna-se, com isso, impossível a coexistência entre a dominação de classe e os direitos políticos universais (WOOD, 2007).

Dessa forma, ao afastar o controle democrático das instâncias que decidem sobre a produção e a apropriação da riqueza social, faz-se com que ele opere apenas nos estreitos limites do Estado e de sua legalidade, conformando então uma espécie de democracia formal, identificada pelo constitucionalismo, proteção das liberdades civis e governo limitado.

Essas, trazem como condição de existência para a democracia liberal a ausência do poder do *demos*. Tal condição esvazia o conceito de democracia, entendida originalmente como “governo do povo”, restringindo o poder do soberano do povo diante da propriedade privada e do mercado e incorporando apenas seus direitos passivos.

Wood afirma que esta noção liberal de democracia focaliza somente no poder político, abstraindo-o das relações sociais e constrói uma cidadania passiva despolitizada:

De uma maneira ou de outra, então, as concepções dominantes de democracia tendem a: substituir a ação política com cidadania passiva; enfatizar os direitos passivos em lugar dos poderes ativos; evitar qualquer confrontação com concentrações de poder social, particularmente se for com as classes dominantes, e finalmente, despolitizar a política. (WOOD, 2007, p. 420)

Podemos aqui trazer então uma outra discussão pertinente para o presente trabalho. Dardot e Laval, trazem à tona a análise de que o neoliberalismo entra em uma nova fase no início do século XXI e que caminha no sentido de uma profunda crise da democracia liberal. Esse sistema que se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises estaria se metamorfoseando, após a crise aberta em 2008, para um momento em que a imagem liberal ou democrática cultivada no “neoliberalismo clássico”, se torna um obstáculo para a manutenção da sua dominação.

Isso porque após mais de trinta anos de neoliberalização, a rivalidade e a generalização da concorrência, a precariedade, incerteza e o empobrecimento absoluto e relativo se enraizaram em todos os aspectos, não apenas econômicos mas principalmente em todas as esferas das relações sociais. Tal fator fragilizou os

sentimentos de coletividade e solidariedade, e aguçou o sentimento de abandono e traição, reforçando o individualismo e fazendo perder força os sindicatos e instrumentos de luta coletiva da classe. Com a ausência de alternativas, fragiliza-se também o sentido da participação política. Como sustentam os autores:

Em suma, o neoliberalismo gerou o que Gramsci chamou de 'monstros' mediante um duplo processo de desfiliação da comunidade política e de adesão a princípios etno identitários e autoritários, que colocam em questionamento o funcionamento normal das democracias liberais. O trágico do neoliberalismo é que, em nome da razão suprema do capital, atacou os próprios fundamentos da vida social, do modo como havia sido formulado e imposto na época moderna, através da crítica social e intelectual. (DARDOT e LAVAL, 2019)

Dardot e Laval apontam então que essa nova fase do neoliberalismo abre uma profunda crise da democracia liberal, em que, a massa de perdedores do sistema, ao ver suas condições objetivas de vida se degradarem e seus pontos de apoio e referência desaparecerem, refugiam-se no afastamento da política ou no voto de protesto. O resultado mais evidente dessa crise é a ascensão de regimes autoritários e dos partidos de extrema direita, apoiados por uma ampla parte das classes populares nacionais.

A partir dos limites e contradições da concepção hegemônica e liberal de democracia, se abre espaço para a construção de uma concepção contra hegemônica.

## **2.2 Abrindo o debate sobre a noção contra-hegemônica da democracia**

Pensar a democracia fora das amarras impostas pelo capital, empreende compreender a sociedade não de forma homogênea, mas reconhecendo a pluralidade existente nela e a possibilidade de se construir o que Boaventura e Avritzer chamam de uma democracia de alta intensidade, em contraposição à democracia de baixa intensidade na qual vivemos.

Para Boaventura, a democracia de baixa intensidade se baseia ao mesmo tempo em dois mercados - o econômico e o político - e em duas pernas - a da autorização e da prestação de contas e defende que:

O mercado econômico, em que se intercambiam valores com preço, e o mercado político, em que se intercambiam valores sem preço: idéias políticas, ideologias. Vemos hoje que esses dois mercados se confundem cada vez mais, estamos entrando em um processo no qual somente tem valor o que tem preço, e portanto o mercado econômico e o mercado político se confundem. (SANTOS, 2007, p.91)

Ao mesmo tempo em que:

Na teoria democrática original essas duas idéias são fundamentais: autorização, porque com o voto eu autorizo alguém a decidir por mim, mas por outro lado ele tem de me prestar contas. O que está acontecendo com esse modelo é que continua havendo uma autorização mas não há prestação de contas: no jogo democrático atual, quanto mais se fala de transparência, menos transparência há. (SANTOS, 2007, p.91)

Tais tendências distanciam as pessoas da política pois, ao confundir os mercados econômico e político, se abre espaço, por exemplo, para a legitimação da corrupção. Em paralelo, a não ocorrência da prestação de contas abre uma crise, tanto para a representação, onde os representados deixam de confiar em seus representantes, quanto para a participação, aumentando o abstencionismo, já que a população passa a desacreditar na real importância da sua participação.

É com base nesse debate que Boaventura e Avritzer (2002) vão opor democracias de baixa intensidade, fundadas na concepção hegemônica e sem espaços de participação direta da população, à democracias de alta intensidade, onde estão sendo reinventadas as possibilidades de participação direta da população na gestão pública.

O principal caminho apontado pelo autor é justamente a complementaridade entre a democracia representativa e a democracia participativa, que seria uma articulação profunda entre esses dois modelos, onde o governo reconheça que o procedimentalismo participativo possa vir inclusive a substituir suas decisões enquanto representação pelos processos de monitoramento e deliberação pública.

Como condição para avançar na complementaridade desses dois modelos, Boaventura apresenta três tipos de relação: entre o Estado e os Movimentos Sociais, entre os partidos e os Movimentos Sociais e entre os Movimentos Sociais

entre si. Essas seriam as três vias nas quais se pode construir uma articulação complementar entre democracia representativa e democracia participativa.

Para a presente discussão, a relação entre os partidos e os Movimentos Sociais é a mais interessante. As experiências mostram que há muita dificuldade na consolidação dessa relação, isso por que esta é repleta de desconfianças e por muitas vezes, descredibilidade. Na história recente do Brasil por exemplo, a complexa relação estabelecida entre segmentos do Partido dos Trabalhadores (PT) e diversos movimentos sociais que se constituíram como sua base de apoio, foi marcada por relações de cooperação, mas também de poder e hierarquia, se expressando no debate entre cooptação e autonomia.

Afirmando a autonomia, diversos movimentos vão negar a relação com os partidos políticos, como forma de proteção à suposta cooptação. Da mesma forma, é comum encontrarmos partidos e/ou políticos que acreditam que se bastam em si mesmos e não enxergam nos movimentos sociais atores importantes na organização da classe trabalhadora.

No entanto, refletir e experienciar a potência da complementaridade da ação institucional, interna ao parlamento, atualmente privilegiada pelos partidos, em conjunto com a ação direta de mobilização social nas ruas, utilizada por parte dos movimentos sociais; bem como a capacidade detida pelos partidos de sustentar as agendas políticas por mais tempo e a capacidade de trabalhar temas específicos como cultura, território, raça, gênero detida pelos movimentos, parece um caminho interessante em direção a renovação da prática democrática.

Nesse ponto, podemos trazer também a discussão proposta por Faranak (2016), no âmbito do planejamento, que contribui através dos conceitos de espaços convidados, insurgentes e inventados.

No contexto do neoliberalismo, Faranak (2016) apresenta a falência do planejamento inclusivo liberal e a necessidade de repensar os parâmetros epistemológicos e ontológicos do planejamento. Frente a isso, surge o planejamento insurgente que se propõe a compreender os espaços convidados e inventados como formas de planejamento.

Os espaços convidados são aqueles espaços institucionais, no qual as classes dominantes tendem a utilizar a participação dos movimentos sociais,

organizações sociais e cidadãos como forma de controle e legitimação das suas decisões. Já os espaços inventados são os espaços autônomos criados pela própria sociedade visando expressar suas demandas e contestar os limites da institucionalidade. Por esta razão, essas formas de participação são muitas vezes criminalizadas e não compreendidas pela institucionalidade.

É importante ressaltar que esses espaços não possuem uma interação binária entre si como tentam imprimir os setores dominantes, a fim de deslegitimar e criminalizar os espaços inventados. Eles podem ser usados de forma complementar pela sociedade com o intuito de ir além da inclusão liberal. Essa noção se aproxima da dimensão de complementaridade entre democracia representativa e democracia participativa de Boaventura.

Essa discussão se fundamenta a partir da ruptura da noção de justiça que se baseia na noção de igualdade (Rawls, 1971) e passa a se basear no reconhecimento da diferença (Young, 1990). Logo, os direitos individuais e o tratamento igualitário se tornam insuficientes e a necessidade de reconhecer as opressões que permeiam os grupos sociais e estruturam a sociedade se torna o centro.

Faranak apresenta que a partir dessa análise o debate sobre a representação e a autodeterminação também se altera:

Tal compreensão de justiça faz o debate da inclusão passar da representação para a autodeterminação - uma mudança na perspectiva que valida a ação direta coletiva entre cidadãos e que volta-se da democracia representativa para a democracia participativa. Na democracia representativa os cidadãos delegam seus direitos a outros - representantes políticos, burocratas ou especialistas técnicos -, enquanto na participativa se tornam parte diretamente e formulam as decisões que afetam suas vidas. (Faranak, 2016, p.368)

Dessa forma, a participação direta dos sujeitos no planejamento e nas decisões políticas, caminhando em conjunto com o reconhecimento dos espaços convidados e inventados, são os pontos que constituem o planejamento insurgente.

Ellen Wood traz a centralidade da perspectiva de classe social para a discussão da democracia radical ou autêntica. Ora, se a democracia possível no capitalismo é aquela na qual se esvazia o sentido do *demos*, onde “O povo já não



era a gente comum, os pobres, mas sim um corpo de cidadãos que gozam de certos direitos civis comuns” (WOOD, 2007, pg. 426), sem identidade política e com uma cidadania passiva, onde o voto individual substitui qualquer tipo de poder coletivo, é preciso superá-lo para que seja possível atingir uma democracia autêntica. Nesse sentido, a retomada do sentido de classe do *demos*, onde homens e mulheres são sujeitos ativos e se reconhecem em uma identidade política atrelada a suas condições sociais e seu pertencimento de classe é fundamental para a democracia radical.

Do mesmo modo, superar a separação entre as esferas políticas e econômica imposta pelo capitalismo também é exigência da democracia autêntica, já que é o que garante a separação da condição cívica da condição de classe. Na democracia liberal, os trabalhadores são ao mesmo tempo “livres” jurídica e politicamente e explorados economicamente no trabalho, garantindo a apropriação da mais valia aos detentores dos meios de produção, já que a primeira pertence à esfera política, enquanto a segunda, à esfera econômica. Portanto, é necessária a busca pela repolitização das relações econômicas, onde haja liberdade de livre associação para uma organização democrática da produção. (WOOD, 2003). Para isso, a compreensão da totalidade sistêmica do capitalismo é imprescindível.

Wood tece ainda duras críticas à representação, apontando que esta é uma forma de reduzir a capacidade dos cidadãos, contribuindo para o caráter passivo da cidadania na democracia liberal. Sobre os ensaios de Wood, Ribeiro e Coutinho (2007) apresentam:

A contradição entre supremacia parlamentar e poder popular, característica das democracias liberais, expressa uma esfera pública domesticada que, ao invés de construir as bases da agenda pública e controlar a ação parlamentar, metamorfoseia-se numa circulação de indivíduos os quais, orientados exclusivamente por seus interesses privados, desfazem o potencial de acordos e consensos, restringindo ou fazendo desaparecer o espaço público. (RIBEIRO e COUTINHO, 2007, p.22)

Para aqueles que se propõe a analisar a sociedade a partir de uma perspectiva crítica, refletir sobre as experiências de renovação e ampliação da

prática democrática é um exercício importante no longo caminho em direção a superação das limitações impostas pelo capitalismo e para a democracia radical. Contudo, não podemos nos furtar de compreender o capitalismo enquanto um limitante da democracia em sua condição sistêmica e, com isso, a implicação iminente na limitação também das experiências que caminham no sentido da democratização.

Nesse sentido, a reflexão sobre a experiência do mandato de Marielle Franco sob o olhar dos aportes aqui propostos, está atrelada ao reconhecimento desta limitação. Dessa forma, o objetivo é analisar como a experiência ousou caminhar no sentido de um alargamento e renovação da prática democrática, na direção oposta à força centrífuga do capitalismo, porém ainda sim, contida em seu sistema.

As experiências contra-hegemônicas que se forjam ao redor do mundo, são construídas através de diferentes ferramentas. A seguir, apresentaremos como o entendimento da intersecção entre as opressões de raça, gênero e classe se faz necessário para construir alternativas para as cidades brasileiras.

### **2.3 Interseccionalidade: uma ferramenta política para construir alternativa democrática para a cidade**

A cidade é um espaço de contradição contínua, marcada pela desigualdade. Para refletir sobre a transformação desse espaço é preciso considerar as diferentes dimensões que conformam os sujeitos que a compõem, em especial no Brasil. Em uma sociedade que, além de desigual, é também profundamente sexista e racista em sua conformação (CARNEIRO, 2011), as classes, dominante e dominada, tem cor, gênero e raça. Nesse sentido, compreender como as diferentes formas de opressão operam é fundamental, e a interseccionalidade é o instrumento que utilizaremos neste trabalho.

Para Angela Davis (2016), as opressões de raça, gênero e classe operam juntas, não de forma paralela, não se sobrepondo, mas se interseccionando e moldando as experiências sociais dos sujeitos a partir dessa intersecção. Durante uma conferência realizada na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzalez, Angela Davis demarcou essa compreensão:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997)

Ao moldar as experiências, a estrutura interseccional das opressões moldam também a cidade. Isso porque, o sujeito hegemônico - homem, branco, heterossexual e de renda alta, que exerce seu padrão de dominação através da colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005), é quem a produz, e com isso transpõe para o espaço urbano as desigualdades estruturais. Dessa forma, a discussão sobre a cidade e o direito à pensá-la e produzi-la (HARVEY, 2014) deve passar pela compreensão dos sujeitos que a ocupam em sua diversidade: homens e mulheres, negros e brancos, dos diferentes estratos sociais e territórios.

Uma mulher que sente medo ao andar sozinha pela rua a noite, por exemplo, e tem sua mobilidade limitada diante dos inúmeros casos de violência sexual, tem sua experiência na cidade diretamente impactada pela desigualdade de gênero (CORREA; COELHO; SALLES, 2018). E, se analisarmos a experiência de uma mulher negra que em sua maioria mora em territórios onde a iluminação pública é mais precária, esse medo se potencializa.

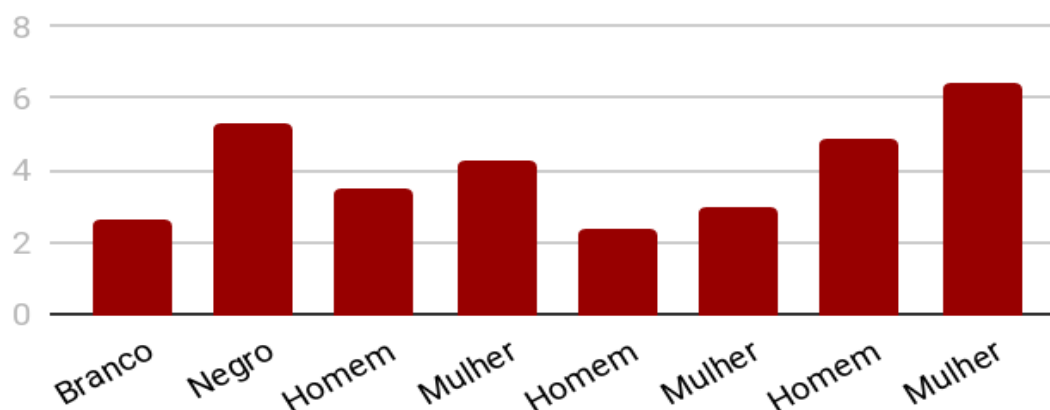
Ao mesmo tempo, para os homens negros no Brasil, as ruas trazem uma outra sensação de medo específica: das abordagens policiais ofensivas por parte do estado, legitimadas pela necropolítica (MBEMBE, 2016), que por sua conformação racista e escravocrata, enxerga nesses o sujeito que precisa ser exterminado, seja pela morte ou pelo encarceramento. Nesse caso, a experiência das mulheres negras é a do medo do extermínio de seus filhos e companheiros.

O mesmo processo é observado no acesso aos serviços públicos. O resultado da pesquisa do IPEA (2003) evidencia, entre outras informações, que são as mulheres negras a maioria das chefes de famílias que habitam domicílios em assentamentos subnormais como mostra a figura abaixo:

Figura 1 – Proporção de Domicílios em Assentamentos Subnormais, segundo Raça e Sexo do Chefe

**Proporção de Domicílios em Assentamentos Subnormais,  
segundo Cor/Raça e Sexo do Chefe, Brasil, 2003**

Fonte: IPEA, 2003; Programa Igualdade de Gênero e Raça - UNIFEM



Fonte: IPEA, 2003

É intrínseco, portanto, as dimensões de gênero, raça e território à discussão sobre o pensar e ocupar a cidade. Quando Harvey (2014) apresenta que o direito a cidade passa pela “liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades” (HARVEY, 2014, p.28), o pronome “nós”, deve se preocupar em romper com a noção hegemônica que considera exclusivamente o olhar do “sujeito médio”, pois, ao fazê-lo, limita-se o olhar da cidade àqueles que aglutinam o poder e o privilégio historicamente.

E ora, se as opressões se reproduzem de forma sistêmica e interseccional, a construção de cidades verdadeiramente democráticas passa necessariamente por um enfrentamento a essas opressões que também precisa ser sistêmico e interseccional. Helena Hirata sustenta que:

A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patrícia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social (Idem, ibidem). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20)

quando afirma a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução. (HIRATA, 2014, p.69)

É necessário compreender a diversidade de olhares e a posição social que as pessoas ocupam, buscando enfrentar as opressões estruturais que as colocam nessas posições diferentes. Não há espaço, então, para um feminismo que não compreenda a condição da mulher negra na sociedade, bem como um anti racismo que se distancia da noção de classe. Pensar a reprodução da cidade, bem como políticas públicas para ela sem se dar conta dessas condições é, sem dúvidas, contribuir para a reprodução da opressão. É nesse sentido que a interseccionalidade pode ser compreendida como uma ferramenta política.

A partir dessa noção, Marielle Franco (2017) propõe a discussão sobre a necessidade da incorporação das potencialidades criativas das mulheres negras e faveladas para a construção de alternativas políticas capazes de disputar os marcos sob os quais se estrutura a sociedade atual. Ela defende que, por serem mulheres, por serem negras e por morarem em territórios periféricos, vivenciam as mais latentes contradições sob as quais o capitalismo organiza a cidade e, com isso, a vida.

Como consequência, desenvolvem potências criativas e inventivas motivadas pela necessidade de superar as condições objetivas colocadas por essas contradições:

Tratando-se dessas mulheres que vivem nos territórios de periferias, e principalmente do maior grupo que as compõem – as negras (pretas e pardas) –, a trajetória impulsionada pelas mesmas marca-se pelo instinto primário da sobrevivência (delas e de suas famílias). Nesse sentido, articulam-se em relações de solidariedade para manutenção da vida e para ampliação da dignidade. De um lado, são as que vivem maiores consequências do impacto do poder dominante, principalmente na formação social brasileira, mas são também as que produzem meios que alteram condições de vida para ampliação da mobilidade em todas as suas dimensões (FRANCO, 2017, p.91)

Essa potencialidade é ao mesmo tempo referente à busca concreta por alternativas que garantam a sobrevivência - compreendida aqui, para além da visão economicista, mas sim pelas diversas dimensões do viver com dignidade como morar, estudar, ter acesso à saúde, cultura, etc -, mas também à forma com que

essas mulheres organizam suas vidas para encontrar essas alternativas.

Exemplificando, essas potencialidades se traduzem no empréstimo de um alimento ou um remédio para que não falte na mesa de uma vizinha, ou no chá que tomam para curar uma dor de cabeça. Mas também no fato delas encontrarem, na solidariedade, na vida em comunidade, e na ancestralidade dos saberes, o meio para tornar possível essas alternativas.

Marielle aponta que, em especial em meio ao contexto de golpe no qual escreve o artigo, emerge a necessidade de construir alternativas de um projeto democrático. E ressalta dois elementos centrais para a discussão:

a) Os corpos das periferias ocupam o lugar principal de representação da exploração, da interdição e do controle imposto pela ordem capitalista no processo de produção, substituindo assim o que antes chamava-se de “corpo da fábrica”. b) Nesse contexto, as mulheres, negras, das periferias, com ênfase nas favelas, são representações estratégicas para avanços democráticos e de convivência com as diferenças e superação das desigualdades, por conta do peso do machismo e do racismo e do crescimento da ideologia xenofóbica. (FRANCO, 2017, p.92).

A autora defende que essa construção deve se dar na centralidade dos corpos da periferia como atores sociais. Compreendendo suas “marcas de conquistas e pigmentações de ações transformadoras, inventivas e potencialmente revolucionárias” (FRANCO, 2017, p.94) e buscando através dessas, a estratégia para disputar uma cidade profundamente democrática e de direitos, que objetive a transformação das estruturas da sociedade atual.

Borges (2017), contribui para essa discussão apresentando a relevância do feminismo negro para construir a resistência anticapitalista e a radicalização democrática. Ela dialoga com a caracterização proposta por Santos (2016), de que vivemos a conformação de sociedades “politicamente democráticas e socialmente fascistas” em meio a um cenário de democracias de baixa intensidade, e de que há potenciais resistências emergindo dos países do Sul global. Ao mesmo tempo, propõe a igualdade como elemento para uma democracia radical e o feminismo negro como marco da imprescindibilidade da liberdade, fundamental para sua constituição. Isso porque:

Sendo o pensamento feminista negro constituído da disputa pelo

poder; anticolonialista, pela oposição à dominação do outro; e da luta pela descolonização dos corpos, tendo como objetivo a liberdade e real emancipação, nos parece que a discussão em torno desse momento fundamental de “democratizar a democracia” (SANTOS, 2016) e construir alternativas sistêmicas passa por esse pensamento. (BORGES, 2017, p.135)

Portanto, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma potente ferramenta através da qual as alternativas democráticas devem ser pensadas. A partir da incorporação das potencialidades construídas pelos sujeitos oprimidos em suas lutas diárias pela sobrevivência, em especial pelas mulheres negras, e tendo como um dos marcos para a disputa estratégica anticolonialista, o pensamento feminista negro.

Essa noção é fundamental para o presente trabalho, pois, o lugar que Marielle Franco ocupava na cidade do Rio de Janeiro, e a partir do qual elaborou o programa que orientou sua atuação política, baseado nos eixos gênero, raça e cidade, como veremos a seguir, era um exemplo concreto dessa intersecção e do seu uso enquanto ferramenta política.

### **3 EU SOU PORQUE NÓS SOMOS: TRILHANDO CAMINHOS PARA A RENOVAÇÃO DA PRÁTICA DEMOCRÁTICA**

Em toda sua trajetória, Marielle Franco se movimentou e moveu estruturas ao seu redor. Aos poucos, foi aprofundando as raízes de sua militância e, sem dúvidas, sua passagem pelo Curso Pré-Vestibular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CPV — CEASM) foi um marco no seu caminho. Ela ingressou no curso após uma vida inteira estudando em escolas públicas, onde se deparou com os limites impostos pela precarização do ensino público e a dificuldade de ser aprovada em uma universidade.

Nos agradecimentos da sua dissertação de mestrado, Marielle escreve: “O que dizer do bonde de intelectuais da favela? Sim a nova geração que fez pré-vestibular comunitário e se constituiu como mestres e doutores.”<sup>4</sup>, demarcando a importância da democratização da produção do conhecimento através do ensino público, que veio a ser uma de suas bandeiras no parlamento posteriormente.

Outro marco foi o assassinato de uma amiga por tiro da bala perdida em uma operação policial no morro do Timbau. A contradição da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro não era nenhuma novidade em sua vida, mas após esse acontecimento, Marielle deu mais um passo em sua organização política e passou a construir a campanha para Deputado Estadual Marcelo Freixo em 2006. Em seguida, foi indicada pelo núcleo do PSOL Maré para compor seu mandato, e nele, atuou na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, onde permaneceu atuando até 2016, quando decidiu se candidatar.

Na primeira parte deste capítulo iremos abordar o contexto em que se deu a eleição de Marielle Franco à vereança do Rio de Janeiro. Para tal, partiremos das discussões sobre a crise da democracia liberal, considerando o período de acirramento de uma conjuntura à direita que se estabelece no Brasil e no mundo, bem como o contexto específico carioca do crescimento dos grupos de poder e seu envolvimento com a política. Buscaremos ainda, analisar o perfil da composição de vereadores da Câmara Municipal, para então, abrirmos a discussão sobre o que significou a eleição de Marielle Franco dentro desse cenário.

Na segunda parte, aprofundaremos a discussão sobre dois aspectos que possibilitaram a experiência parlamentar de Marielle Franco caminhar no sentido da

---

<sup>4</sup> FRANCO, Marielle (2014)



renovação da prática democrática. O primeiro em relação à concepção e método de trabalho do mandato, o segundo em torno do programa que orientou sua atuação política.

### **3.1 Contestando o avanço conservador: a eleição de Marielle Franco à vereança do Rio de Janeiro**

A crise da democracia liberal molda uma nova fase do neoliberalismo (DARDOT E LAVAL, 2019), que se expressa na escalada de uma política hiper autoritária, nacionalista e racista. A nível mundial, a ascensão do *trumpismo* é um dos principais marcos dessa escalada, que utiliza o marco formal do sistema político para estabelecer dispositivos antidemocráticos, e organiza o ódio, o rancor e os ressentimentos gerados pelo próprio neoliberalismo através de uma política à direita e à extrema direita. Tal fenômeno se repete em diversos países ao redor do mundo, como Itália, França e Inglaterra, e também, dentro das especificidades, nos países que se encontram fora do eixo hegemônico global. (LAVAL, 2018)

A crescente bolsonarista que culminou na vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 é o marco mais expressivo deste fenômeno no Brasil. Dois anos antes, o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, marcado pela misoginia e pelo fundamentalismo religioso (FRANCO, 2017), abriu caminho para prolongar e radicalizar a política neoliberal (LAVAL, 2018) e anunciou a tendência que o país viria a seguir. Ambos os processos deram voz ao rancor de um setor médio que, ao sofrer os impactos da crise econômica de 2008, evidenciou suas raízes escravocratas e patriarcais e encontrou nas lutas das minorias sociais os inimigos, que confrontavam a “família tradicional brasileira”, e no espectro amplo da esquerda supostamente dirigidos pelo PT de Lula e Dilma.

Como sustentação desse setor, encontra-se uma população cada vez mais distante e descrente da política. Distante por que não há identificação em uma política feita das classes dominantes para as classes dominantes, em que poucas são as ações que beneficiam o povo. E descrente pois soma-se aos impactos da neoliberalização da política, o êxito das classes dominantes ao conquistar no imaginário social que, na hierarquia de problemas a serem combatidos no Brasil, a corrupção vem antes das desigualdades sociais (FRANCO, 2017). Tais fatores culminam na rejeição à política e a tudo que se entende como político, abrindo

espaço para uma revolta que encontrou na abstenção e nessa nova face do autoritarismo descrita anteriormente, espaço para se confortar.

O aumento da influência das igrejas neopentecostais e das milícias na política institucional na cidade do Rio de Janeiro é outro elemento considerado nesta análise.

A eleição do bispo licenciado Marcelo Crivella, sobrinho do líder da Igreja Universal Reino de Deus (IURD), Edir Macedo, à prefeitura da cidade carioca em 2016, eleva o patamar da inserção das igrejas neopentecostais na política e demarca sua relevante influência. A partir de seu estudo sobre evangélicos<sup>5</sup> no Brasil, Bohn (2004) conclui que existe forte influência da igreja e das autoridades religiosas no que tange a escolha eleitoral dos evangélicos. E que, dentre os grupos religiosos, são os evangélicos os que possuem maior grau de exposição às autoridades religiosas e por isso seriam fortemente suscetíveis a serem mobilizados por seus líderes. Tal fato colabora para a conformação de grupos de poder em torno desse segmento.

É notório também o crescimento dos territórios que estão sob o controle da milícia, que nos últimos vinte anos<sup>6</sup> passou de uma comunidade para 165 comunidades e 37 bairros na região metropolitana do RJ, em especial na Zona Oeste da capital (G1, 2018).

Borges (2020) defende que as milícias do Rio de Janeiro não devem ser caracterizadas como “poder paralelo”, mas sim como um “poder perpendicular”, pois funcionam como parte do Estado, ocupando-o de diversas formas, inclusive disputando “legalmente” o poder legislativo.

Desde a década de 80, as milícias constituem o que comumente é chamado de um poder paralelo, o que não nos parece correto, porque esses grupos de extermínio e esquadrões da morte fazem parte de um crime organizado que ocupa as estruturas do poder público municipal de diferentes formas, ou seja, são parte do Estado – e quem é parte não tem poder paralelo, tem poder que pode até ser central.

---

<sup>5</sup> BOHN, S. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. opinião pública, 10, (2), outubro, 2004.

<sup>6</sup> Um cruzamento de dados entre a Polícia Civil, o Ministério Público, o IBGE e Prefeituras do RJ aponta que em 1998 a milícia ocupava somente a comunidade do Rio das Pedras, em 2008 os dados mostram que a área de influência cresce para 161 comunidades, enquanto em 2018 o número de comunidades sobe para 165 e passam a ser controlados cerca de 37 bairros na região metropolitana, com enfoque na região da Zona Oeste da capital, na baixada fluminense e no município de Itaguaí.

(Borges, 2020)

Brancoli e Vasquez (2016) enriquecem a discussão sobre esses dois grupos ao questionar a narrativa adotada pelos líderes evangélicos, que defendem que as igrejas funcionam como mecanismo de enfrentamento às milícias. Para eles, é possível encontrar semelhanças nas estruturas desses grupos, bem como relações políticas entre eles.

Diante de um cenário de uma crescente à direita, do fortalecimento de grupos de poder e do enfraquecimento da democracia, a eleição de uma mulher negra e socialista que se propõe a construir uma política de enfrentamento a esses setores, caminha no sentido oposto.

Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, eleita com 46.502 mil votos. À sua frente, todos os candidatos eleitos eram brancos e havia apenas mais uma mulher.

Quadro 1 - Os cinco vereadores mais votados nas eleições municipais de 2016

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>
Carlos Bolsonaro	PSL	106.657
Tarcísio Motta	PSOL	90.473
César Maia	DEM	71.468
Rosa Fernandes	PMDB	57.868
Marielle Franco	PSOL	46.502

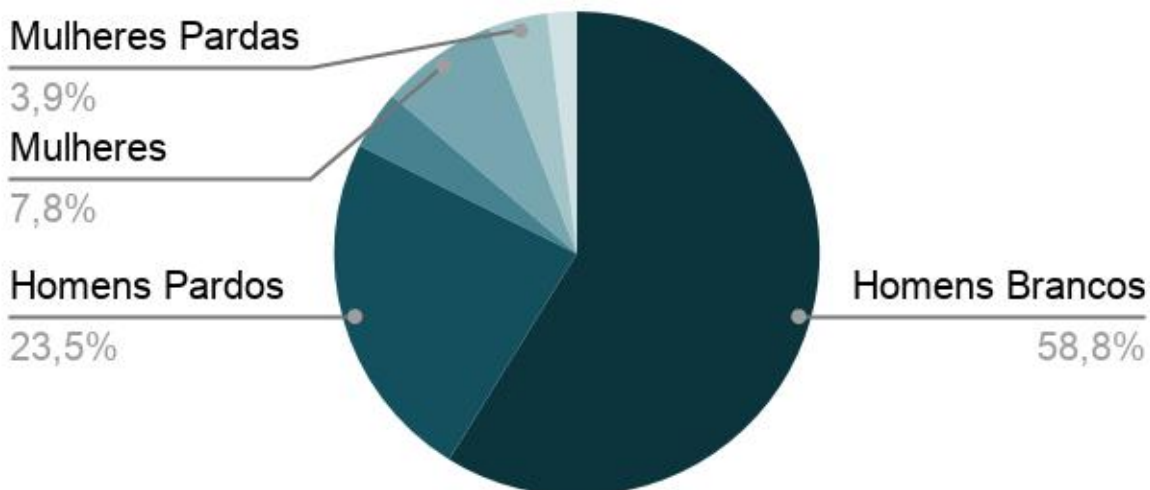
Fonte: TSE, 2016

Dentre os 51 vereadores eleitos no total, sete são mulheres. Apenas por esse dado, Marielle Franco já poderia ser considerada uma exceção no parlamento. No entanto, os números são ainda mais elucidativos quando analisamos a categoria de raça e classe em conjunto, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 2 - Vereadores eleitos em 2016 no município do Rio de Janeiro por gênero e raça

### Vereadores eleitos em 2016 no município do Rio de Janeiro por gênero e raça

Fonte: TSE 2016



Fonte: TSE, 2016

O Rio de Janeiro elegeu em 2016, 66% de vereadores autodeclarados brancos. Somando pretos e pardos, totalizam 33,4% de parlamentares negros. Quando filtramos a análise por gênero e raça, somente 5,9% dos eleitos eram mulheres autodeclaradas negras e, dessas, apenas Marielle se autodeclarou preta, representando 2,95%. Esse cenário se reflete em todos os âmbitos da política institucional brasileira.

No espectro ideológico, existem diferentes categorias de análise possíveis para definir os espectros ideológicos dos partidos políticos. Dentre os que elegeram os vereadores, se considerarmos aqui as chapas PSOL-PCB, PT-PCdoB e PDT como esquerda ou centro-esquerda, constatamos que esse setor representa apenas 19,6% do parlamento. É importante ressaltar, no entanto, a relevante expressão do PSOL na capital carioca, também na contramão de um cenário que tende à direita. Foi o partido que elegeu a segunda maior bancada nas eleições de 2016, teve dois vereadores da legenda dentre os cinco mais votados e compôs o segundo turno das eleições para a prefeitura, sendo então derrotado por Marcelo Crivella.

Compreende-se então que Marielle Franco, sendo uma mulher, negra e socialista, representou uma exceção no parlamento. E essa é uma conclusão

possível de ser feita não apenas pela análise isolada das variáveis raça, gênero e classe, mas principalmente pela intersecção delas.

E foi também a partir dessa intersecção e do reconhecimento e disposição para enfrentar as estruturas desiguais, que Marielle Franco estruturou a forma de fazer política e o programa através do qual se elegeu.

Indo mais a fundo, elegê-la significou não somente a exceção do corpo de uma mulher negra no parlamento. A forma e programa a partir dos quais construiu sua atuação política, moldaram a ação política que esse corpo se propôs a exercer sob as estruturas de poder capitalistas, racistas e patriarcais que permeiam aquele espaço e que se transpõe nas gestão pública e no fortalecimento das ideias dessa crescente à direita e grupos de poder descritos anteriormente.

### **3.2 Quando a flor rompe o asfalto<sup>7</sup>: a insurgência de uma mulher negra e socialista na política**

Trazemos aqui, dois elementos chave para aprofundar a discussão quanto ao projeto político através do qual Marielle orientou sua experiência parlamentar no sentido da renovação da prática democrática. O primeiro, se refere à concepção e a de atuação do mandato, que buscou se mover através da complementaridade entre a democracia representativa e a democracia participativa. O segundo, diz respeito à relação do programa a partir do qual sua atuação foi construída, baseado nos eixos gênero, raça e cidade, e tendo a interseccionalidade como marco de partida nessa construção.

*A experiência de uma representação que participa e uma participação que representa*

Como visto, a mistura entre os mercados político e econômico e a ideia da autorização e da prestação de contas sustentam a democracia hegemônica, que tende à baixa intensidade. Boaventura Sousa Santos (2007) defende então que o principal caminho no sentido da construção de democracias de alta intensidade é a

---

<sup>7</sup> Marielle utilizou “Quando a flor rompe o asfalto” como um dos tópicos de seu artigo “A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada”, publicado em 2017 no livro “Tem saída?” pela editora Zouk.

complementaridade entre a democracia representativa e a democracia participativa, e aponta a relação entre partidos e movimentos sociais como um dos espaços através dos quais essa complementaridade pode aparecer.

É importante dizer que as experiências analisadas por Boaventura Souza Santos se deram em contextos de avanço da democratização e em diferentes âmbitos. Aqui, está sendo analisada uma experiência de um mandato legislativo municipal em um contexto de crescente avanço da direita, como já apontado anteriormente. No entanto, é possível traçar paralelos interessantes que demonstram como o mandato de Marielle buscou construir uma relação constante de troca entre movimentos sociais e parlamento, de escuta e construção conjunta com os sujeitos socialmente oprimidos. Observamos então, quatro pontos que possibilitam essa análise:

a) Inversão da lógica da autorização e prestação de contas: a experiência parlamentar de Marielle Franco buscou inverter a lógica da autorização e prestação de contas. Em entrevista, Jackson Anastácio (2020), que compôs a coordenação da mandato de Marielle Franco aponta que: “Nunca pensamos em fazer política para as mulheres, para os negros, para a favela. Mas sim, políticas com as mulheres, com os negros, com a favela. Era desta forma, que imaginávamos construir de fato uma experiência democrática.”. Essa noção evidencia que a experiência em questão encontrou na relação com os movimentos sociais, não aqueles que a elegem e a autorizam a representá-los, mas sim, aqueles com os quais constrói a sua atuação política.

b) Agenda política: a política construída em conjunto com os movimentos sociais, se refletiu na agenda que Marielle sustentou no parlamento. Jackson sintetiza a relação da seguinte forma:

Nossa atuação sempre foi pautada pela autonomia destes espaços [parlamento e movimentos sociais], mas mantendo uma relação dialética. Nosso intuito com a atuação parlamentar era tentar vocalizar, em ações legislativas, em construções de espaços de escuta dos movimentos, iniciativas que pudessem ter impacto real na vida e na organização dos setores mais oprimidos. (ANASTÁCIO, 2020)

Dessa forma, as propostas que Marielle levava ao parlamento, seja na criação de leis, de representações, comissões, audiências, entre outros, era reflexo

das demandas das organizações comunitárias, movimentos em defesa dos direitos das mulheres, negros e negras, LGBTQs, etc.

c) Complementaridade entre espaços convidados e inventados: a atuação parlamentar de Marielle buscou articular espaços de participação convidados, como audiências públicas e o próprio conselho político do mandato, com aqueles que insurgem para além das possibilidades da instituição. Ela impulsionou, a partir do espaço de poder que ocupava, iniciativas de fortalecimento dos movimentos e coletivos. Mas mais do que isso, Marielle viveu as ruas. Se fez presente em atos e campanhas de rua, mesas e rodas de conversa propostos pelos movimentos e incorporou essas experiências na política que construiu.

d) Representatividade: como vimos, mulheres, negros e negras e moradores de periferias são minorias nos espaços de poder e, por muito, não veem com simpatia a participação nesses espaços, por considerá-los inalcançáveis e destinados a elite. Muitas vezes estabelecem relação de desconfiança, tanto pelos escândalos de corrupção quanto pela baixa existência de ações que beneficiaram esses sujeitos ao longo da história. Nesse sentido, ver esses espaços sendo ocupados por sujeitos mais próximos à realidade da maioria da população, contribui num processo de reconhecimento e identidade política. Não consideramos a representatividade como um fim, mas pode ser um meio interessante através do qual os sujeitos que conformam a classe se reconhecem e pode colaborar para um fortalecimento do interesse e participação.

### *Gênero, Raça e Cidade: bases para construir uma alternativa*

Os eixos gênero, raça e cidade apontam o caminho escolhido por Marielle para elaborar o seu programa político. Importante ressaltar que aqui, utiliza-se a noção de cidade compreendendo as favelas - lugar onde Marielle nasce e reivindica - e territórios populares como marco. A noção ampla de cidade é abordada como espaço onde se reproduzem as contradições das estruturas capitalistas, patriarcais e racistas que oprimem trabalhadores e trabalhadoras, se conformando então como local estratégico de disputa.

Pensar a cidade através da intersecção entre esses eixos significa em primeiro lugar compreender a dimensão estrutural das opressões. Em segundo, atuar politicamente a partir dos olhares e necessidades concretas daqueles e

daquelas que experienciaram as contradições dessas opressões de forma mais latente - dos olhares e necessidades dos debaixo. E em terceiro, incorporar na sua forma de construir política, as culturas e saberes através dos quais esses sujeitos sobreviveram até aqui, e que foram negados ou apropriados pelo poder hegemônico.

Utilizando a educação como exemplo, são as mulheres, em sua maioria, que lidam com a vida escolar dos filhos nas suas mais diversas dimensões - o levar, buscar, preparar, ajudar com o dever de casa, etc. Por isso, são as mais diretamente impactadas quando não há vagas suficientes, ou a merenda não está sendo servida de forma adequada. Ou até mesmo quando as aulas são suspensas por conta de operações policiais, contradições presentes, em maior frequência, na vida das mulheres negras e periféricas. E são elas também que se organizam através da solidariedade e da vida em comunidade, para que não tenham que deixar de trabalhar para levar os filhos à escola.

Construir políticas públicas para a educação a partir da intersecção entre gênero, raça e cidade, como propôs o mandato de Marielle Franco, passa então por reconhecer a estrutura que sustenta as contradições do sistema educacional, construir políticas a partir do olhar dessas mães que experienciam essas contradições e absorver os aprendizados que elas acumularam ao longo de toda uma história de resistência. Esse mesmo exemplo pode ser pensado pras diferentes dimensões da vida, como saúde, transporte, moradia, cultura, meio ambiente, etc.

Observa-se então, que a experiência aqui analisada subverte a lógica do poder hegemônico, que pensa e produz a cidade a partir dos olhares e interesses dominantes - brancos, masculinos e dos centros -, sob os quais se estrutura o capitalismo. Por isso, se apresenta como uma alternativa.



#### **4 UM PÉ NO PARLAMENTO, MUITOS PÉS FORA DELE: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE MARIELLE FRANCO**

Durante os quatorze meses que exerceu sua atividade parlamentar, Marielle Franco se utilizou do conjunto dos dispositivos previstos para a atuação de um vereador, como Projetos de Lei, Resoluções, Moções, Requerimentos de Informação, Requerimentos e Ofícios. Mas mesmo durante esse período, não se limitou a atuação prevista para um mandato legislativo. Ocupou e impulsionou espaços inventados, utilizando-os tanto como um canal para a construção das políticas que propunha no parlamento, mas também como pontes de fortalecimento dos movimentos em si, buscando construir uma relação de complementaridade entre estes espaços.

Em uma cartilha produzida pelo mandato, como pode ser visto no trecho abaixo, é ressaltada a importância do método pautado na ampla participação popular e com a preocupação de renovar a linguagem e forma de construção política, a fim de envolver o maior número de pessoas e tendo como prioridade a participação de setores não tradicionais na elaboração de políticas públicas.

O Mandato Marielle Franco, desde seu início, em janeiro de 2017, encarou como desafio a inovação de formas de linguagem de se fazer política, já que a política tradicional é pouco atrativa e inclusiva. Acreditamos que reunir o maior número de pessoas dispostas a dialogar pode ajudar a trilhar caminhos para a cidade que queremos, acessível a todas e a todos. (Cartilha Direito à Favela, 2017)

Neste capítulo, buscaremos analisar como o método e programa propostos pelo mandato se materializaram nas políticas que Marielle Franco construiu, dentro e fora do parlamento. Para tal, utilizamos o referencial dos processos de democratização e desdemocratização propostos por Tilly (2013). Essa é uma teoria que tem regimes e governos como objeto de análise e reconhecemos os limites de utilizá-la para analisar um mandato legislativo municipal. A utilizaremos, então, como uma inspiração. Como base de dados, valem-nos do levantamento de atividades que o mandato de Marielle Franco organizou ou compareceu, encontrado no site oficial da vereadora, bem como o estudo feito pela FARMi (2018 ou 2019) sobre suas proposições.

O capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, apontaremos algumas das atividades realizadas pelo mandato previstas para a atividade parlamentar, enquanto na segunda, exploraremos as ações que extrapolaram as fronteiras do parlamento. Em ambas, a análise será feita a partir dos critérios da relação com os centros de poder, das desigualdades categóricas e da relação com as redes de confiança pessoal.

#### **4.1 A atuação de Marielle Franco nos espaços convidados**

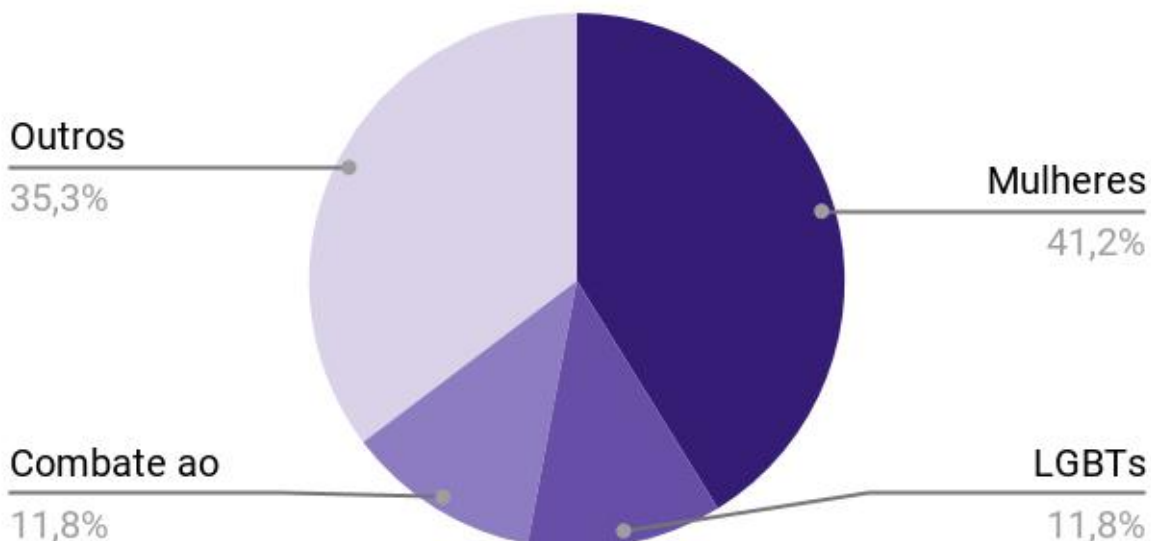
No período que esteve vereadora, Marielle iniciou 25 proposições, sendo destas, dezessete Projetos de Lei (PL), quatro Projetos de Decreto Legislativo (PDC), dois projetos de Lei Complementar (PLP), um Projeto de Resolução (PRC) e um Requerimento de Informação (RIC). Parte sozinha, parte em conjunto com outros vereadores.

Ao analisar o conteúdo dos Projetos de Lei de sua autoria ou co-autoria, observou-se que parte considerável traz no centro de sua formulação o enfrentamento às desigualdades de raça, gênero e sexualidade. Dos dezessete assinados pela vereadora, 64,7% propõe políticas que atingem especificamente mulheres, negros e LGBT's. Há também projetos específicos sobre saúde mental e segurança das crianças, asseguramento de direitos trabalhistas, sistema socioeducativo e fiscalização e controle do poder executivo, demonstrando nítida localização no setor de oposição à Marcelo Crivella. Esses elementos podem ser observados na figura abaixo:

Figura 3 - Conteúdo dos PLs assinados por Marielle Franco por tema

### PLs de autoria ou co-autoria de Marielle Franco por tema

Fonte: Relatório Comissão da Defesa da Mulher da Câmara



Fonte: Relatório da Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017-2018

Ao restringir o levantamento aos Projetos de Lei de autoria exclusiva de Marielle Franco, é possível fazer uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo dos projetos. No quadro abaixo sintetizamos os principais temas discutidos nos PLs:

Quadro 2 - PLs de autoria exclusiva de Marielle Franco

Projeto de Lei	Resumo
PL 0417/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Cria a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento ao Assédio e Violência Sexual #AssédioNãoÉPassageiro no município do Rio de Janeiro, nos equipamentos, espaços públicos e transportes coletivos.
PL 0016/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Propõe a criação do programa de atenção humanizada ao aborto legal e juridicamente autorizado, prezando pelo acolhimento, orientação e atendimento clínico adequado, segundo referenciais éticos, legais e bioéticos, prezando pela saúde da mulher.
PL 0555/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Propõe a criação do Dossiê da Mulher Carioca
PL 0442/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Dispõe sobre fixação de cartaz informativo nos espaços e serviços públicos do município do Rio de Janeiro informando dos direitos das mulheres vítimas de violência sexual
PL 0642/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Institui a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda

PL 0072/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Inclui o dia da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia no calendário oficial da cidade
PL 0103/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Inclui o dia de Tereza de Benguela e da mulher negra no calendário oficial da cidade
PL 0082/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Inclui o dia da visibilidade lésbica no calendário oficial da cidade

Fonte: Elaborado pela autora

Com exceção do PL 0642/2017, todos os demais trazem as mulheres, negros e LGBT's como eixo central. No entanto, mesmo o PL 0642/2017 também delimita as famílias de baixa renda como aquelas que devem ser atingidas pela política e, se analisarmos a composição majoritária das famílias de baixa renda cariocas, nos deparamos com dados que apontam que as famílias brancas possuem rendimento duas vezes maior do que as famílias pretas ou pardas (IBGE, 2019), evidenciando uma desigualdade que busca ser enfrentada com a prioridade contida no projeto.

Outro apontamento relevante é que observa-se uma preponderância nos Projetos que têm as mulheres como tema de referência. E, nesses casos, aprofundamos a discussão ao analisar também o perfil das mulheres impactadas pela lei caso aprovada. Apesar de não especificar a dimensão de classe, raça e território no PL que propõe a criação do programa de atenção humanizada ao aborto legal e judicialmente autorizado, por exemplo, há impacto direto sobre as mulheres negras e moradoras de favelas e zonas periféricas, dado que são essas as que mais utilizam o sistema público de saúde (IPEA, 2003).

A mesma reflexão pode ser feita sobre o projeto que cria campanha de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual nos equipamentos, espaços e em especial nos transportes públicos. Isto pois, por morarem nas zonas mais afastadas do centro da cidade e, em sua maioria dependerem dos transportes públicos, são as mulheres negras e periféricas que mais utilizam esses modais.

Para construir os Projetos em geral, o mandato buscou estabelecer diálogo e espaços de troca com coletivos, representantes de movimentos, associações, entre outros. O PL 0265/2017<sup>8</sup>, que propõe a criação de mais casas de parto, em especial em zonas de menor IDH do município é um exemplo disso. Ele foi fruto de um conjunto de visitas realizadas às maternidades públicas do Rio de Janeiro e conversas com as trabalhadoras e usuárias da saúde, uma roda de conversa com

---

<sup>8</sup> Ver PL em: [PL 0265/2017](#)

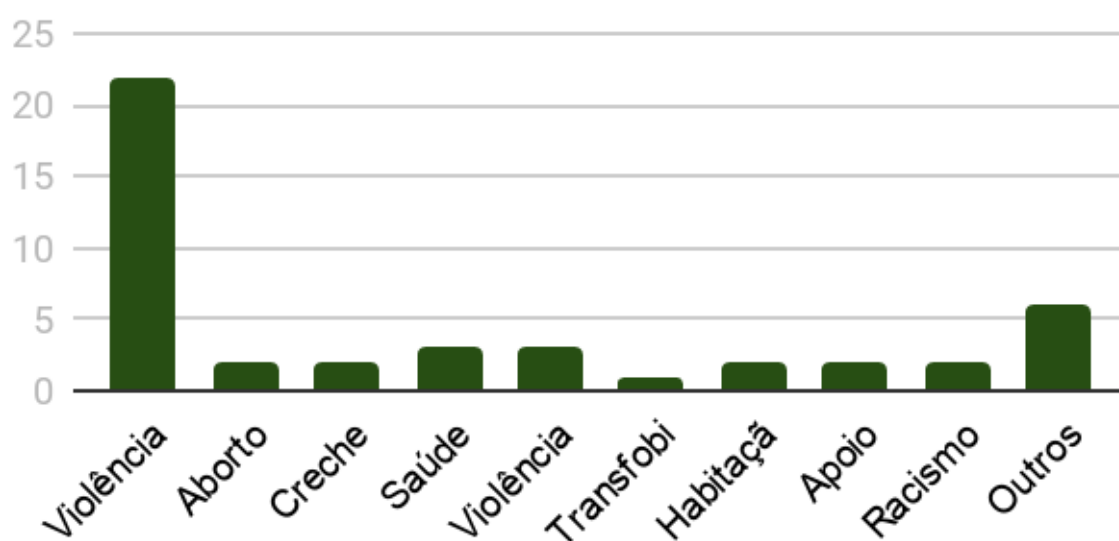
trabalhadoras da saúde que atuam em favelas, bem como de uma audiência pública sobre mortalidade materna para qual foram convidadas representantes das trabalhadoras da saúde e também de coletivos e movimentos de mulheres. Esse processo é importante para o fortalecimento da relação com os grupos de confiança.

A vereadora foi também presidente da Comissão Permanente de Defesa da Mulher, espaço que tem como atribuição receber demandas da população e propor políticas relacionadas com a área. Durante o tempo em que Marielle esteve à frente da comissão, foram realizados 45 atendimentos, sendo a maior parte deles relacionados à violência contra a mulher, como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 3 - Atendimentos realizados pela Comissão de Defesa da Mulher por área

### Áreas dos atendimentos

Fonte: Relatório Comissão da Defesa da Mulher da Câmara



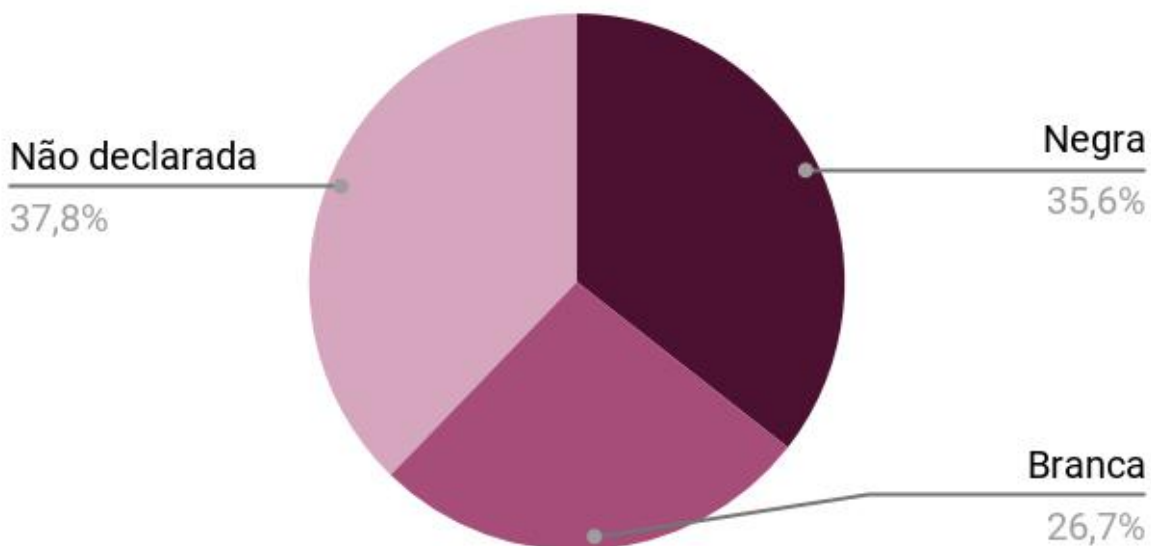
Fonte: Relatório da Comissão da Defesa da Mulher da câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017-2018

Dentre os atendimentos, 91,1% foram a mulheres, 6,7% a homens e 2,2% a não-binários. Em relação às mulheres que autodeclararam raça, há uma considerável maioria de mulheres negras. No entanto, a maioria das mulheres não declararam raça, como mostram as figuras abaixo.

Figura 4 - Atendimentos realizados pela Comissão de Defesa da Mulher enquanto presidida por raça

### Raça das pessoas atendidas

Fonte: Relatório Comissão da Defesa da Mulher da Câmara

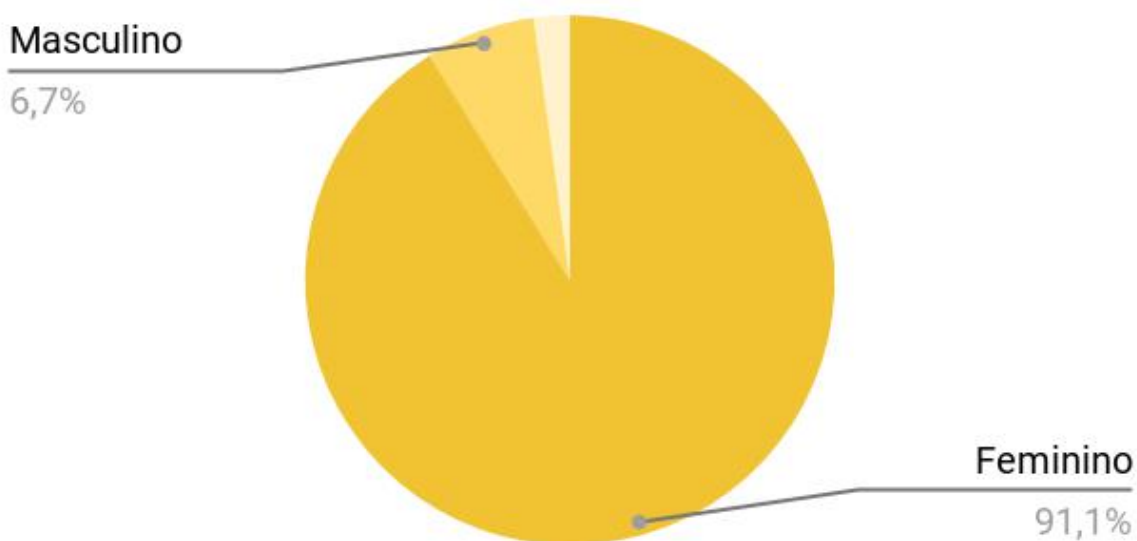


Fonte: Relatório da Comissão da Defesa da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017-2018

Figura 5 - Atendimentos realizados pela Comissão de Defesa da Mulher por gênero

### Gênero das pessoas atendidas

Fonte: Relatório Comissão da Defesa da Mulher da Câmara



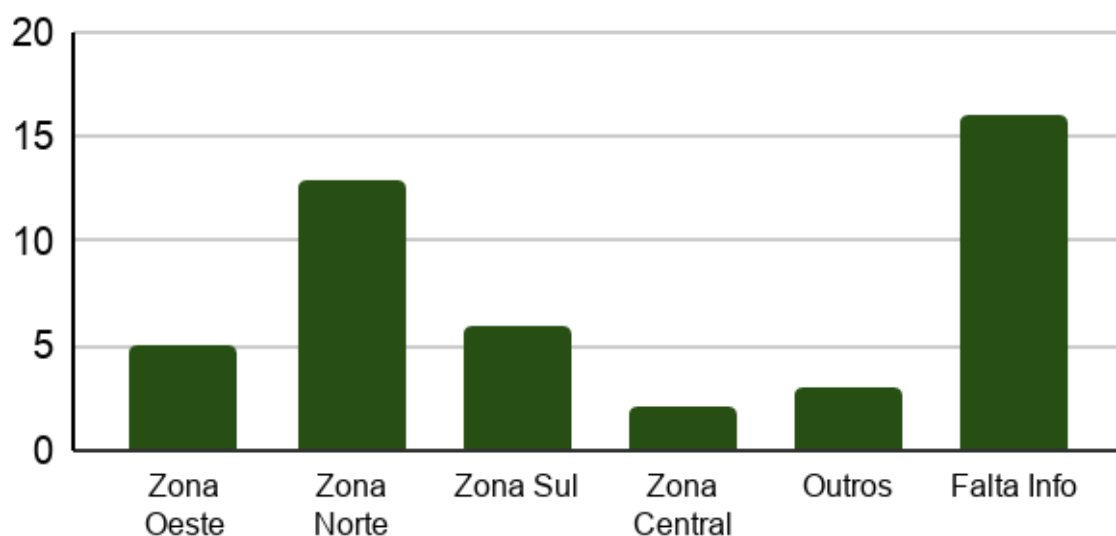
Fonte: Relatório da Comissão da Defesa da Mulher da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017-2018

O local de maior índice de residência dessas mulheres é a Zona Norte. No entanto, foram notificados atendimentos em todas as regiões da cidade, e falta informação em parte considerável dos casos.

Figura 7 - Atendimentos realizados pela Comissão de Defesa da Mulher por local de moradia

### Local de moradia das pessoas atendidas

Fonte: Relatório Comissão da Defesa da Mulher da Câmara



Fonte: Relatório da Comissão da Defesa da Mulher da câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017-2018

A partir desse levantamento, destacamos duas ideias. A primeira é a materialização do projeto político de Marielle Franco nas suas proposições legislativas, apontando os debates de raça, gênero e cidade como centrais na sua formulação. Ela utilizou das ferramentas previstas para construir políticas específicas para mulheres, e, em especial, mulheres negras, LGBTQs e periféricas, dado que são essas as mais afetadas pelas contradições como a falta de creches noturnas, os assédios nos espaços públicos e transportes públicos, a fragilidade em mecanismos que assegurem leis que dizem respeito à autonomia de seus corpos e sua saúde, como é o caso do atendimento humanizado em casos de aborto legal e das casas de parto, entre outros.

A segunda, se relaciona com a noção de que, ao construir políticas específicas para mulheres, negras e negros e para as periferias, constrói-se política para o conjunto da sociedade, dado que esses sujeitos ocupam a base da pirâmide

social. Ao propor a construção de espaços coruja<sup>9</sup>, por exemplo, como uma política específica para mães, tem-se como resultado um impacto em toda a estrutura familiar, e não apenas às mulheres.

Em ambas as ideias, é possível relacionar com a discussão proposta por Tilly (2013) quanto às desigualdades categóricas. Isso porque, ao propor políticas específicas para sujeitos oprimidos, tem-se como objetivo equalizar as condições de vida, reduzindo as desigualdades. E com isso, também se avança nas condições concretas de participação política desses sujeitos nos processos públicos, como tempo disponível, saúde, direitos básicos garantidos, dentre outros.

À frente da Comissão de Defesa da Mulher, Marielle também organizou o “OCUPADH”, na favela do Salgueiro, realizado em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Durante o encontro foi realizado um mutirão de atendimentos aos casos de violação ocorridos na favela e foi um importante espaço de fortalecimento da relação com a comunidade, coletivos e associação de moradores, também caminhando no sentido da aproximação com os grupos de confiança.

Outro critério para avaliar os processos de democratização e desdemocratização é a relação que se estabelece com os centros autônomos de poder. O enfraquecimento dos centros de poder em perante aos processos públicos, traz consequente aumento da influência popular sobre eles, e por isso é parte do processo de democratização.

Marielle utilizou dos dispositivos previstos para a atuação parlamentar com o objetivo de denunciar e enfraquecer políticas que colaboraram para a manutenção e fortalecimento dos grupos de poder que incidem na máquina pública do município.

Sintetizamos no quadro abaixo quatro proposições elaboradas pela vereadora que ilustram essa movimentação:

---

<sup>9</sup> Ver PL em: [PL 0017/2017](#)



Quadro 3 - Projetos relacionados ao enfrentamento dos grupos de poder

Projeto	Conteúdo
PDC 1/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Sustar os efeitos do Decreto RIO “P” nº483 de 1º de Fevereiro de 2017 que nomeava o filho do Prefeito Crivella, Marcelo Hodge Crivella para exercer o cargo em Comissão de Secretário Chefe da Casa Civil, da Secretaria Municipal da Casa Civil
PDC 13/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Declara persona non grata no município do Rio de Janeiro Paulo César Amêndola de Souza, coronel reformado da PMERJ e notoriamente conhecido por sua atuação ativa durante o período da Ditadura Militar, nomeado pelo prefeito Marcelo Crivella para a Secretaria Municipal de Ordem Pública
PLC 26/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Regulamenta o processo de concessões do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus
PL 437/2017 ( <a href="#">acesse aqui</a> )	Restringe o objeto de contratos de gestão celebrados entre o município do Rio de Janeiro e organizações sociais da área de saúde, e dá outras providências

Fonte: Elaborado pela autora

A Vereadora compunha o campo de oposição ao Prefeito Marcelo Crivella, e o compreendia como uma expressão do fundamentalismo religioso dentro do Poder Executivo, que também favorecia outros grupos de poder como as máfias da saúde e do transporte, por exemplo. Além de utilizar a máquina pública como ferramenta para a manutenção de si próprio no poder.

O mandato de Marielle Franco enxergou na tentativa de Marcelo Crivella nomear o próprio filho para o cargo de Secretário Chefe da Casa Civil, uma movimentação que reafirma essa compreensão. Dentre as justificativas utilizadas no PDC 01/2017, encontra-se a acusação de infração da moralidade e da impessoalidade, princípios da administração pública.

Da mesma forma, o PDC 13/2017 foi utilizado para denunciar a nomeação de um Coronel reconhecido pela sua atuação ativa na Ditadura Militar a um cargo público diretamente relacionado ao controle e à ordem pública. Após listar uma série de atos de repressão e tortura que o Paulo César Amêndola de Souza participou durante a Ditadura Militar, o texto da justificativa do projeto aponta que:

“Pelo exposto acima, considerando que é dever do município do Rio de Janeiro prezar pela democracia e pela memória daqueles que lutaram pela sua retomada, cabe ao município do Rio de Janeiro declarar PAULO CÉSAR AMÊNDOLA DE SOUZA *persona non grata* nesta cidade.” (PDC 13/2017 - Rio de Janeiro)

Essa nomeação contribuiria para o fortalecimento dos setores que apoiaram e fizeram parte do período de fragilidade democrática no Brasil que foi a Ditadura Militar.

Os dois outros projetos levantados são exemplos de enfrentamento às máfias que se entranham nos serviços públicos através das Licitações e Contratos Administrativos, como nos casos da saúde e do transporte. Em ambos, propõe-se um maior controle desses processos, buscando dissolver os grupos de poder.

Destacamos, por fim, uma outra esfera de poder. Esta, se materializou através da Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018, instaurada pelo então Presidente da República Michel Temer, sob o comando do General Braga Netto.

Durante o período que estive como vereadora, diversas foram as denúncias feitas em relação aos abusos autoritários de poder nas favelas do Rio de Janeiro. Tanto por parte da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e das milícias cariocas -sendo essa uma das suspeitas de motivação de seu assassinato-, quanto por parte da Intervenção Federal, da qual fez parte da Comissão de Representação da Câmara Municipal em Brasília, responsável por acompanhá-la e era relatora.

Em seu último discurso no plenário, Marielle indagou os presentes quanto aos impactos da intervenção federal na vida das mulheres faveladas:

Nesse período, por exemplo, em que a Intervenção Federal se concretiza na Intervenção Militar, eu quero saber como ficam as mães e os familiares das crianças revistadas. Como ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde? Como ficam as mulheres que não têm acesso à cidade? (Discurso feito na Tribuna - 08/03/2018)

Observa-se então, que a atuação da parlamentar buscou enfraquecer os centros de poder, enfrentar as desigualdades categóricas, em especial as de raça, gênero e classe e fortalecer a relação com grupos de confiança. Ela utilizou o espaço convidado do parlamento para elaborar políticas públicas, acionar dispositivos de controle e denunciar, através de discursos no que tange a esses temas. No entanto, a vereadora não se limitou aos espaços convidados, também buscou fora do parlamento espaços de construção política como veremos mais a fundo a seguir.

## 4.2 Indo além das fronteiras do parlamento

Como visto, o mandato representou aqueles e aquelas que elegeram seu programa nos espaços institucionais. Aqui, buscaremos levantar alguns<sup>10</sup> dos espaços inventados que foram ocupados ou impulsionados pelo mandato que extrapolam as fronteiras do parlamento. O objetivo é refletir sobre como esses espaços contribuem para, a partir dessa experiência, se constituir um processo de democratização, e a partir disso colaborar para a discussão em torno da renovação da prática democrática.

Em uma tentativa de síntese, propomos a análise através de quatro tipos diferentes de espaços de atuação do mandato e apresentamos exemplos para cada um deles.

O primeiro tipo teve como objetivo construir coletivamente o planejamento do mandato, seja através de encontros e seminários com aqueles que o compunham, seja em espaços amplos, para os quais eram convidados representantes de movimentos sociais, coletivos, organizações de bairros e parceiros em geral. Nesses espaços era feito o balanço da atuação dos meses anteriores e planejados os próximos passos, através de debates sobre a conjuntura da cidade e os principais desafios, ouvindo e construindo coletivamente as propostas.

Há registro de três encontros desse tipo. Um, realizado logo no início do mandato, em Janeiro de 2017, foi descrito da seguinte forma “Fizemos uma linda imersão de planejamento com a nossa equipe e outros colaboradores voluntários para pensar os primeiros passos do Mandato”. O outro, realizado no fim de Agosto do mesmo ano, foi chamado de “1º Encontro Aberto do Mandato Marielle Franco”, reunindo cerca de 90 pessoas na Quinta da Boavista, na Zona Norte do Rio de Janeiro (figura 8). Os participantes eram, em sua maioria, mulheres negras. O terceiro, ocorreu no mês seguinte, e teve como objetivo planejar o “Laboratório de Ação Política do Mandato Marielle Franco”, reunindo um grupo de voluntárias e voluntários que estavam trabalhando em iniciativas experimentais com o objetivo de potencializar as ações do mandato.

---

<sup>10</sup> No site do mandato encontra-se uma lista com as principais atividades realizadas durante o tempo em que Marielle Franco esteve vereadora. Acesse aqui: <https://www.mariellefranco.com.br/o-que-ja-fizemos>

Figura 8 - 1º Encontro Aberto do Mandato Marielle Franco



Fonte: site Marielle Franco ([Link](#))

No segundo tipo encontram-se os espaços que, apesar de terem sido realizados fisicamente na Câmara Municipal, insurgem na medida em que subvertem a lógica dominante deste espaço institucional. Foram atividades organizadas pelo mandato que não estão necessariamente previstas dentro da sua atuação regulamentar, e que levaram sujeitos que tradicionalmente não ocupam, e muitas vezes sequer o conhecem, para dentro do parlamento carioca

Durante celebração do Novembro Negro, o mandato organizou dois grandes debates, um sobre as religiões de matriz africanas e o enfrentamento ao racismo religioso "Awre aos nossos ancestrais - Reexistir na Fé" (figura 9), onde entregou medalha para Mãe Meninazinha de Oxum, representada pela Deyse e para o Pai Adailton Moreira do Afoxé Filhos de Gandhi, representados pelo Tojá. O outro teve como tema "Direito à Favela: racismo e resistência", e foi onde a cartilha de "Ação sobre o Direito à Favela" que foi produzida durante o Viradão de Comunicação e Cultura na Maré foi lançada. Junto ao debate aconteceu também um *rolezinho* da juventude negra pela Câmara Municipal.



Figura 9 - Debate público: Awre aos nossos ancestrais - Reexistir na Fé



Fonte: site Marielle Franco ([Link](#))

Esses encontros reuniram negros, negras, jovens, moradores de favela, lideranças religiosas e representações dos movimentos sociais e permitiram, ao mesmo tempo uma desconstrução simbólica da estrutura embranquecida e elitista da Câmara Municipal, e uma aproximação desses sujeitos com os espaços de poder.

O terceiro tipo é composto pelos espaços que tiveram como objetivo fortalecer redes entre setores específicos da sociedade, e que acabaram por servir também como espaços de escuta e troca para a formulação de políticas operadas pelo mandato, para além dos espaços tradicionais, como as audiências públicas. Por certo, todos os quatro formatos sistematizados aqui foram importantes para o fortalecimento de redes e para a formulação das políticas. No entanto, estas foram agendas orgânicas de troca com o segmento em questão, que aglutinaram diferentes setores dentro desse mesmo segmento a fim de estreitar vínculos e colocá-los como ator principal na formulação e elaboração de políticas.

A experiência que trazemos como exemplo desse tipo foi a realização do 1º Encontro Direito à Favela no Museu da Maré (figura 10), em julho de 2017. O

espaço reuniu moradores de diferentes favelas cariocas que vivem com problemas semelhantes em seu cotidiano, e possibilitou o fortalecimento das redes de favelados ativistas que atuam em coletivos e desenvolvem projetos na cidade, bem como colher ideias e propostas pensadas da favela para a favela, sobre diferentes áreas de responsabilidade do poder público.

O encontro foi realizado com o intuito de fazer deste, um espaço protagonizado pela juventude favelada. Por isso, foi construído no formato de um “Viradão de Comunicação e Cultura”, a fim de estabelecer uma linguagem mais próxima desse setor.

Durante o espaço aconteceram apresentações culturais de grupos favelados de dança, teatro, e foram oferecidas oficinas pelos ativistas e coletivos. Aconteceram também debates e rodas de conversa onde foram discutidos temas como o direito à cidade, moradia, saneamento, saúde, educação, cultura, descriminalização das drogas e segurança. Em cada debate um grupo de moradores ficou responsável por sintetizar as discussões e mapear as propostas e ideias que surgiram.

Figura 10 - 1º Encontro Direito à Favela no Museu da Maré



Fonte: site Marielle Franco ([Link](#))

A partir do encontro, foi elaborado um “Manual de Ação pelo Direito à Favela”, dividido em quatro partes. Na primeira é trabalhada a ideia do Direito à favela, compreendendo esta enquanto uma formulação que surge durante o próprio encontro e que traz consigo a ideia da construção a partir da partilha e da troca por aqueles que experimentam a favela em seu cotidiano. Essa formulação foi central e permeou todo o espaço.

Na segunda, é reforçada a importância do método de construção a partir do qual o encontro foi pensado. Aqui, dois temas são interessantes de serem ressaltados. Um é em relação às refeições. É apontada no documento a importância dos momentos de refeição coletiva para a troca e vivência comunitária: “Desde o jantar na noite do viradão, o café da manhã no dia seguinte e logo depois o almoço, comer juntos é uma das tradições mais antigas que a história nos faz lembrar. Garantir esse ritual para nosso encontro fez toda diferença para a qualidade afetiva” (Manual de Ação pelo Direito à Favela”, 2017). Os alimentos foram fornecidos em uma parceria com uma cooperativa de segurança alimentar e também com parcerias locais, na intenção de fortalecer a economia solidária.

O outro tema interessante a ser ressaltado foi a preocupação com a existência de um espaço infantil. Ele foi organizado para garantir a participação integral das mulheres mães, compreendendo que estas são muitas vezes privadas dos espaços políticos por serem socialmente responsabilizadas pelo cuidado com as crianças.

Na terceira, há uma síntese dos espaços e debates realizados no encontro, bem como as propostas formuladas pelos participantes em cada um deles.

Por fim, a última parte do Manual contém um Guia de Mobilização pelo Direito à Favela, que propõe um conjunto de perguntas orientadoras que ajudam na mobilização e organização de um evento como o encontro em questão. Este é um ponto fundamental para a análise deste processo pois reforça a importância da autonomia dos moradores e incentiva a construção de novas experiências de fortalecimento e formulação coletiva da comunidade, através de uma linguagem e conteúdo condizente com suas realidades.

O Encontro foi um processo importante de construção coletiva entre o mandato, moradores de favela e jovens que produzem cultura e arte em seus territórios.

O quarto e último tipo de atuação levantado, diz respeito à participação de Marielle Franco nos espaços inventados pelas ruas. A vereadora compôs ativamente manifestações em defesa dos direitos sociais, das mulheres e da democracia, assim como participou de debates, rodas de conversa, aulas públicas e reuniões com o movimento de mulheres, estudantes, negritude, favelas, trabalhadores, pré-vestibulares populares, entre outros. Estes eram espaços fundamentais para o mandato, que se propunha a estar constantemente em movimento em conjunto com as lutas do povo.

Nos dois atos realizados no dia internacional da mulher, em 2017 e em 2018, o mandato participou ativamente da construção. Esteve presente nas reuniões de organização e contribuiu para a mobilização. E, no dia 8 de Março em si, Marielle e sua equipe compuseram os atos de rua e as atividades do dia, ao lado de outras milhares de mulheres.

Da mesma forma, esteve presente, por exemplo, no ato contra a Proposta de Emenda Constitucional 181/2017, que propunha a proibição do aborto em caso de estupro, que hoje é previsto em lei. A PEC foi caracterizada pelo movimento feminista como uma movimentação machista e impulsionada pelo fundamentalismo religioso, grupo de poder combatido por Marielle.

A última atividade que a vereadora participou antes de seu assassinato foi mais uma representação desse tipo de atuação. Compôs uma roda de conversa com o tema “Jovens Negras Movendo As Estruturas” (figura 11), da qual participaram diversas mulheres negras e onde conversaram sobre ancestralidade, sobre o sistema capitalista, racista e patriarcal que as oprimem, e também sobre a importância de participarem dos espaços políticos para transformá-lo.



Figura 11 - Roda de Conversa Jovens Negras Movendo as Estruturas



Fonte: site Marielle Franco ([Link](#))

Nos exemplos apresentados é possível observar a preocupação constante da atuação política de Marielle com o estreitamento de laços com os coletivos de cultura, movimentos de mulheres, associações de bairros e favelas, movimentos de enfrentamento ao racismo religioso, cooperativas e demais grupos de confiança. em como da intenção de fortalecê-los. Nota-se também, a centralidade dada pelo mandato e pela vereadora ao enfrentamento das desigualdades categóricas, que inclusive também se expressa no fortalecimento dos grupos de confiança através dos quais se aglutinam os setores oprimidos.

Esse somatório de fatores permite, reconhecendo os limites anteriormente expostos, caracterizar que na materialização do projeto político que orientou a experiência parlamentar de Marielle Franco, constituiu-se um processo de democratização.

No entanto, ao olhar somente as atividades e espaços promovidos e ocupados pelo mandato, identificamos que, se por um lado essa atuação se diferencia da atuação política hegemônica tradicional na Gestão Pública. Por outro, já houveram outras experiências semelhantes, imersas em mandatos populares ao longo da história. Logo, para caracterizar esta como uma experiência de renovação

da prática democrática, foi preciso ir mais a fundo e aliar a análise das políticas concretas às discussões sobre a complementaridade da democracia participativa e representativa, e a interseccionalidade, bases desse projeto.

Por fim, um último tema que abordaremos brevemente é quanto à relação que Marielle Franco estabeleceu com o partido que fez parte.

Vivemos em um contexto no qual se fortalecem os partidos tidos como fisiológicos, que se afastam de ideologias e tendem a servir somente como legendas, sem nenhum tipo de organicidade. Isso corrobora para um esvaziamento da política, em que se fortalecem figuras em detrimento de projetos. Ao mesmo tempo, mesmo nos partidos tidos como ideológicos, não é comum encontrar processos de construção orgânica e de base nos mesmos, que, quando muito, resumem a vida partidária à congressos que elegem a direção, e seus objetivos a eleger parlamentares.

Nesse contexto, o PSOL se propõe a uma outra concepção política, que reivindica a ideologia socialista e se organiza a partir de uma construção orgânica. Não entraremos aqui na análise sobre em que medida isso se concretiza, mas levantamos a discussão sobre como essa proposta de construção partidária colaborou para a atuação parlamentar de Marielle Franco.

Como visto, dez anos antes de se eleger como vereadora, Marielle se filiou ao PSOL. Desde então, atuou ativamente nos espaços do partido, em especial no núcleo da Maré. Participou de congressos e plenárias e reivindicava seu programa político. Isso por si só, já a diferencia de um relevante número de parlamentares que tem nas legendas que o elegem, pouca ou nenhuma organicidade. Um dado interessante para essa discussão é que, em 2020, durante a janela partidária aberta pelo Tribunal Superior Eleitoral, 28 dos 51 vereadores da Câmara Municipal carioca trocaram de partido (G1, 2020), comprovando essa fragilidade na relação que muitos parlamentares constroem com seus partidos.

Ao mesmo tempo, o PSOL Carioca se propõe por um lado, a estabelecer vínculos com a institucionalidade, visto que é um partido eleitoral, e portanto com os espaços convidados. Por outro, foi palco de experiências que insurgiram na medida em ocuparam espaços para além daqueles institucionais. Os núcleos territoriais, como é o caso do próprio caso do PSOL Maré, são exemplos disso. Outro exemplo é a atuação através de campanhas, como por exemplo a construção programática “Se A Cidade Fosse Nossa”, em 2016, da qual Marielle participou ativamente.

Sendo então, um componente importante na prática política que Marielle exerceu, o PSOL agiu também, de certa maneira, como um incentivo para a ampliação da sua atuação para além dos espaços convidados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São múltiplos os dilemas e desafios para a reinvenção da democracia. De um lado, o modelo que se propõe possível no capitalismo, estruturado sob a lógica da representação e autorização, limitada pela relação entre o poder político e o poder econômico, que se esvazia e se despolitiza ao passo que avança a concentração de poder nas mãos das classes dominantes. E que, em meio ao avanço e transformações da neoliberalização da vida, forja uma crise atravessada pela degradação das condições de vida e da perda de confiança nos processos políticos. Tais elementos apontam uma exaustão da democracia liberal vigente, que disputa a alternativa política a partir do autoritarismo e do individualismo.

De outro, temos a utopia de uma democracia radical, livre dos contornos impostos pelo capitalismo. Para alcançá-la, é preciso superar tal sistema. No entanto, é parte do caminho em sua direção a construção de experiências contra-hegemônicas, que buscam na complementaridade entre a democracia representativa e a participativa, no encontro entre os espaços convidados e inventados e na disposição constante de enfrentar as opressões que sustentam o sistema capitalista, a possibilidade de insurgir como alternativa.

E, se vivemos em uma sociedade estruturada sobre os pilares das desigualdade de raça, gênero e classe, é porque as esferas de poder reproduzem e perpetuam essa lógica em suas composições e projetos políticos. Logo, compreender com centralidade essas dimensões na construção de alternativas, é fundamental. Para tal, a interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta potente, que propõe uma formulação política construída a partir do olhar e das necessidades daqueles que experienciam as contradições desse sistema de forma mais latente.

A partir dessas ideias, este trabalho buscou discutir em quais dimensões a atuação parlamentar de Marielle Franco pode ser compreendida como uma experiência contra-hegemônica que renovou a prática democrática. Isto, posto que o contexto em questão foi de avanço da extrema direita em todo o país e de fortalecimento de grupos de poder, como o fundamentalismo religioso e as milícias, em especial no município em questão. E, além disso, um contexto em que ela,

enquanto uma mulher negra, LGBT, socialista e favelada, era uma exceção no parlamento para o qual foi eleita.

Para analisar a concepção de mandato e o programa que orientou a atuação do mandato, foram utilizados dois elementos chave. Com o primeiro, em relação ao dilema da representação e participação, foi possível constatar que o mandato buscou se mover através da complementaridade entre democracia representativa e a democracia participativa. Isso porque a relação construída com os movimentos sociais se deu de forma orgânica e dialética, em conjunto com estes setores. Distanciou-se da lógica restrita à autorização e prestação de contas e conformou a agenda política que sustentou no parlamento a partir dessa relação, articulando espaços convidados e inventados. Da mesma forma, através da representatividade em ser um corpo que rompe com a lógica dominante do poder, contribuiu para um processo de reconhecimento e identidade política.

Com o segundo, em relação ao programa, evidenciou-se que, ao hierarquizar a sua atuação política pelos eixos gênero, raça e cidade, a parlamentar subverteu a lógica dominante de poder. Compreendeu a dimensão estrutural das opressões, construiu políticas a partir do olhar e das necessidades dos debaixo e moldou a sua forma de fazer política em diálogo com as culturas e saberes desses sujeitos.

A análise desses dois elementos tornou possível avaliar que, em seu projeto político, a experiência em questão foi contra-hegemônica.

O passo seguinte foi refletir sobre em que medida isso se materializou, dentro e fora da institucionalidade, tendo como inspiração os critérios propostos por Charles Tilly (2013).

Em relação às atividades parlamentares, observamos que houve prioridade na elaboração de políticas públicas com o objetivo de enfrentar as desigualdades de raça, classe e gênero. Foi possível observar também a busca constante em estreitar pontes com os movimentos sociais, entidades representativas e demais grupos de confiança durante os processos de elaboração dessas políticas. Para tal, foram utilizados instrumentos previstos pelo parlamento, como audiências públicas, mas foram também forjados novos espaços.

Da mesma forma, variados foram os instrumentos utilizados para denunciar os abusos de poder. Sua atuação se deu especialmente em relação a violência policial nas favelas. Mas também acionou dispositivos para frear movimentações por parte do poder executivo que infringem princípios da administração pública e com

isso, contribuem para o fortalecimento dos grupos de poder que permeiam o projeto em vigor. E não hesitou em enfrentar políticas que exaltam a memória de momentos históricos de nítida fragilidade da democracia, como o período da Ditadura Civil Militar no Brasil.

No entanto, a atuação da vereadora não se restringiu aos espaços do parlamento. Notamos também que, de diferentes formas, a construção através de espaços inventados foi imprescindível para dar consequência ao seu projeto político.

Desde os espaços de planejamento do mandato, passando pelos espaços que subverteram a forma de uso dominante do local pelo seu objetivo e pelos sujeitos presentes. Chegando naqueles que foram inventados para fortalecer determinados setores e movimentos, ao passo que elaborava políticas de forma orgânica com eles, os colocava como ator protagonista do processo e incorporava no método de construção, sua cultura e saberes. E por fim, os espaços que se inventam das ruas. Estes, que são de extrema relevância para as democracias, fizeram parte de toda a trajetória política de Marielle Franco e permaneceram latentes mesmo durante o período que esteve parlamentar.

A tentativa de diferenciar em quatro tipos de atividade possibilitou uma síntese interessante para a análise. No entanto, foi possível observar que os quatro tipos se complementam e se confundem em diversos momentos, visto que compõem o mesmo projeto.

Tais elementos permitiram avaliar que na materialização do projeto em questão, houve um processo de democratização. Essas atividades e processos, no entanto, estão imersos em um conjunto de outras experiências de mandatos populares democráticos.

Acreditamos então, que a renovação na prática democrática na experiência parlamentar em questão, se encontra justamente no somatório do projeto político, das experiências concretas e em quem os vocalizou. Este último, não é trivial visto que, nesse caso, foi estruturante para os outros dois.

Marielle Franco questionou a representação tradicional e vocalizou um projeto popular e democrático. Sua experiência foi um rascunho de alternativa política potente, em especial em um momento em que se aprofunda o esvaziamento da participação política e se enfraquece a democracia. Não à toa, seu projeto político ecoou no Brasil e no mundo e inspirou outras experiências como a sua.

Seu assassinato foi, ao mesmo tempo mais um exemplo da urgência em renovar a forma de fazer política, e a demonstração de que o caminho que ela desenhava era um incômodo para aqueles que sustentam e refletem as estruturas dominantes do poder.

## REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Jackson. **Sobre a experiência na coordenação do mandato de Marielle Franco**. [Entrevista concedida a] Maria Clara Delmonte, Rio de Janeiro, 2020.

BRK Ambiental. **Mulheres e Saneamento**. 2018 ou 2019. Disponível em: <https://mulheresesaneamento.com>. Acesso em: 17 de nov. de 2020

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil... **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338

BORGES, Juliana. **Feminismo negro: resistência anticapitalista e radicalização democrática**. In: Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil: Zouk, 2017, p. 129-136.

BORGES, Nadine. O poder perpendicular das milícias no Rio de Janeiro. **Jornal dos economistas**. p 8-9. Rio de Janeiro, 2020.

BRANCOLI, F.; VASQUES, P. H. P. R. Deconstructing Automatism: Militia Practices and Neopentecostal Formations in Rio de Janeiro. **Em BRASILIANA - Revista de Estudos Brasileiros**. Vol. 4, n. 2, 2016

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório da Comissão da Mulher 2017 - 2018**. Disponível em: <https://issuu.com/mariellefranco/docs/direito-a-favela-internet>>; Acesso em 17 de Nov. de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Discurso da vereadora Marielle Franco**. Sessão: 10. Rio de Janeiro, 08 mar. 2018. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/cd266fdef87ea5fc8325824a006d079d?OpenDocument>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº Nº 417/2017**. Cria a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual no município do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1720.nsf/e13bbebac4d2d19f8325807c006bfd36/5953ec54f49e95e9832581990070caed?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº Nº 16/2017**. Institui o programa de atenção humanizada ao aborto legal e juridicamente autorizado no âmbito do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/2a88c90e900fa52d832580c800544af5?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 555/2017**. Cria o Dossiê Mulher Carioca da forma que especifica e dá providência. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1720.nsf/e13bbebac4d2d19f8325807c006bfd36/7972fcd5562d5fb4832581e6005dd46e?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 442/2017**. Dispõe sobre fixação de cartaz informativo nos serviços públicos do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/223f6fc26799131e832581a700770238?OpenDocument&Highlight=0,MARIELLE,FRANCO>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 642/2017**. Institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda e dá providências. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/53ce928ce92c68f1832581fd00514380?OpenDocument&CollapseView>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 72/2017**. Inclui o dia da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia no calendário oficial da cidade consolidado pela lei N° 5.146/2010. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/d91611b0a62b7fc6832580de005bb1f2?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 103/2017**. Inclui o dia Tereza de Benguela e da mulher negra no calendário oficial da cidade consolidado pela lei N° 5.146/2010. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/2dc01cd88f9cef89832580de005de3bd?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 82/2017**. Inclui o dia da visibilidade lésbica no calendário oficial da cidade consolidado pela lei N° 5.146/2010. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro1720.nsf/e13bbebac4d2d19f8325807c006bfd36/a29ca84abd38c4ad832580de00664201?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº N° 265/2017**. Estabelece diretrizes para a criação do programa centro de parto normal e casa de parto, para o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal e dá outras providências. Disponível em: <<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/0cfaa89fb497093603257735005eb2bc/5d01d5c73ff44f008325813000750f61?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei Complementar Nº 26/2017**. Regulamenta o processo de concessões do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus. Disponível em:  
<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/727a29603d22cfb98325815c0061c898?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei Nº 437/2017**. Restringe o objeto de contrato de gestão celebrados entre o município do Rio de Janeiro e organizações sociais da área da saúde, e dá outras providências. Disponível em:  
<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/b63581b044c6fb760325775900523a41/938330d73521e4fd832581a7005e51e2?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Decreto Legislativo Nº 13/2017**. Declara Persona Non Grata no município do rio de Janeiro Paulo César Amêndola de Souza. Disponível em:  
<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/c3545e5701c2c3c1832581f700642fa4?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Decreto Legislativo Nº 1/2017**. Susta os efeitos do decreto Rio “P” Nº843 de 1º de fevereiro de 2017. Disponível em:  
<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/818fa816f6d64084832580c800539e02?OpenDocument>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P.H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-189.

DARDOT, P. e LAVAL, C. **A Nova Fase Do Neoliberalismo**, 2019

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

FARANAK, M. Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um Urbanismo Humano. **Rev. BR.AS. ESTUD. URBANOS REG. (ONLINE)**, RECIFE, V.18, N.3, p.363-377, SET.-DEZ. 2016

FRANCO, Marielle. (mariellefranco). **“Mais um homicídio de um jovem que pode estar entrando para a conta da PM. Matheus Melo estava saindo da igreja.**

**Quanto mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?“. 13/03/2019. 7:38 AM. Tweet**

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada.** In: Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil: Zouk, 2017, p. 89-95.

G1 (Rio de Janeiro). **Câmara do Rio tem ‘dança das cadeiras’ e vereadores mudam de partido antes da eleição.** G1, p. 1-1, 6 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/06/camara-do-rio-tem-danca-das-cadeiras-e-vereadores-mudam-de-partido-antes-da-eleicao.ghtml>>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

G1. **Franquia do crime: 2 milhões de pessoas no RJ estão em áreas sob influência de milícias.** G1, p. 1-1, 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-2-milhoes-de-pessoa-s-no-rj-estao-em-areas-sob-influencia-de-milicias.ghtml>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins, 2014

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Rio de Janeiro

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2003. **Retrato das Desigualdades Gênero e Raça.** Brasília: IPEA, 2003.

LAVAL, C. Neoliberalismo e neofascismo no Brasil e no mundo. **Blog da Boitempo**, Setembro, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=196&v=LXweqRIQ-n0&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=196&v=LXweqRIQ-n0&feature=emb_title). Acesso em Abr. de 2020.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade: 5. ed.** São Paulo: Centauro, 2005.

LOUW, Dirk. [Entrevista concedida a] Natália Luz. **Ubuntu a filosofia africana que nutre o conceito de humanidade em sua essência.** Por dentro da África, [S. l.], p. 1-1, 24 set. 2014. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/ubuntu-filosofia-africana-que-nutre-o-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MANDATO MARIELLE FRANCO, 2020. **Marielle Franco - O Que Já Fizemos**. Disponível em: <<https://www.mariellefranco.com.br/o-que-ja-fizemos>>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

MANDATO MARIELLE FRANCO, 2017. **Manual de acção pelo direito à favela**. Disponível em: <<https://issuu.com/mariellefranco/docs/direito-a-favela-internet>>; Acesso em 17 de nov. de 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Artes & Ensaios, v. 32, 2016, p. 123-151.

PEREIRA, Mozart Silvano. Os debates de Ellen Wood: política, capitalismo e democracia: Uma reflexão sobre o legado teórico e político da historiadora marxista Ellen Wood, um ano após sua morte. **Blog da Boitempo**, 16 de Fev. de 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/16/os-debates-de-ellen-wood-politica-capitalismo-e-democracia/>>. Acesso em Fev. de 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Egardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIBEIRO, A. M. e COUTINHO, G. G. Modelos de democracia na era das transições. Porto Alegre: **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, 2006.

ROCHA, L. M. A vida e as lutas de Marielle Franco. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro \_ 2o Semestre de 2018 - n. 42, v. 16, p. 274 - 280.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos... [et al.]. **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais**. 1. ed: Letra Capital, 2017, Rio de Janeiro

SANTOS, B.; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático**. Em: SANTOS, B. (org.) Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007

SANTOS, B. **A difícil democracia. Reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016

TILLY, C. **Democracia**. Vozes: 2013

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Repositório de dados eleitorais. In: **Resultado das eleições 2016 Rio de Janeiro**, 2016. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-rio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

VIOLA, Carla; BEZERRA, Arthur. **Os ideais da vereadora persistem em suas proposições: Marielle Presente!**. FARMI, [s. l.], [2018 ou 2019]. Disponível em:

<http://www.farmi.pro.br/marielle-proposicoes/>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

WOOD, E. M. **Democracia Contra Capitalismo** (São Paulo: Boitempo), 2003

WOOD, E. M. **Capitalismo e democracia**. Em: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007

REDAÇÃO GÊNERO E NÚMERO (Brasil). **Mulheres pretas, como Marielle, são menos de 1% nas Câmaras de Vereadores do Brasil**. Gênero e Número, [S. l.], p. 1-1, 21 mar. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-pretas-como-marielle-sao-menos-de-1-na-s-camaras-de-vereadores-do-bras/>. Acesso em: 17 nov. 2020.